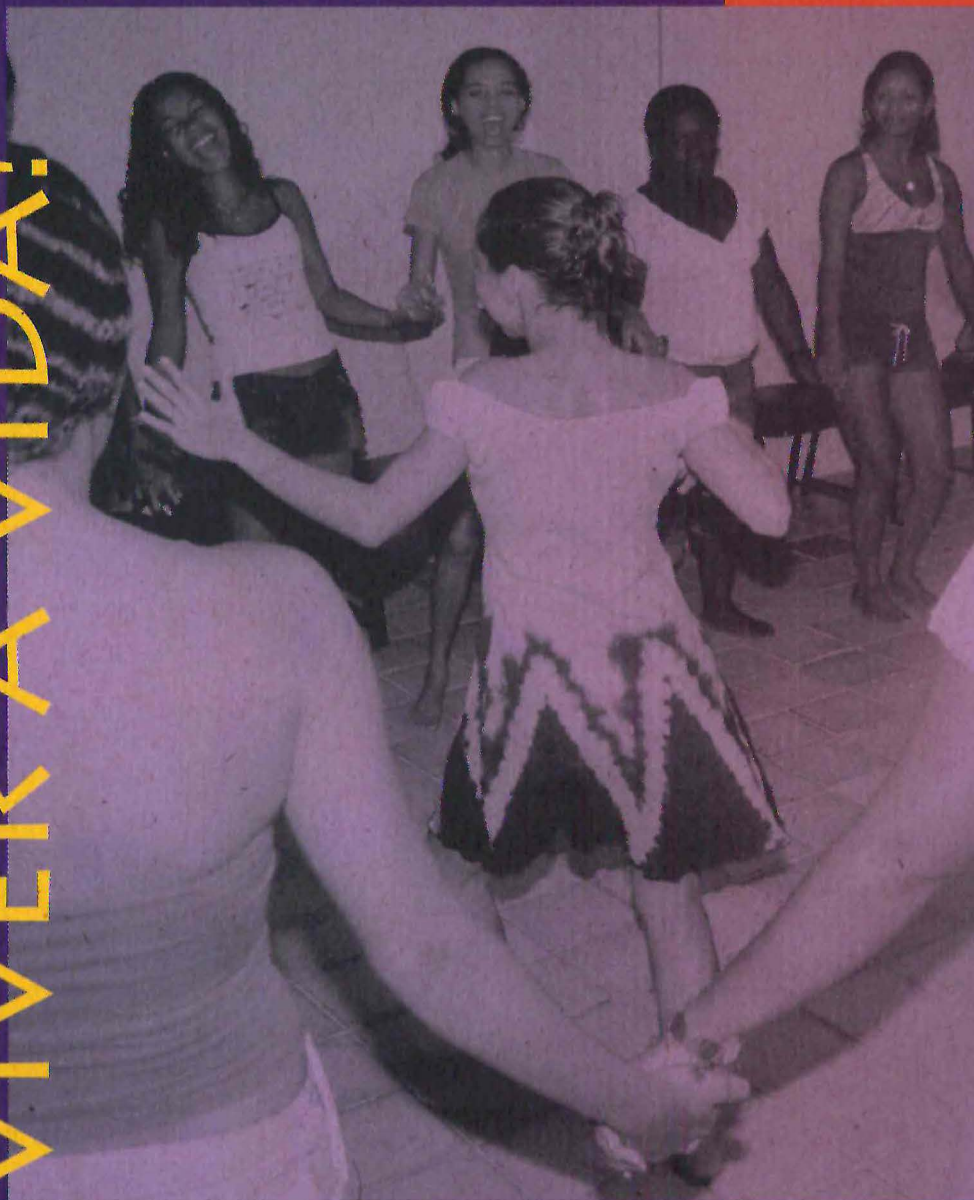




MULHERES
JOVENS
CONSTRUINDO
CIDADANIA

VER O MUNDO, VIVER A VIDA!



VER O MUNDO, VIVER A VIDA!

MULHERES JOVENS CONSTRUINDO CIDADANIA



04 APRESENTAÇÃO



REFLEXÕES

08 MULHERES, JUVENTUDE E CIDADANIA: RESGATANDO UMA EXPERIÊNCIA

Vera Guedes

14 EDUCANDO PARA A VIDA, EDUCANDO PARA O MUNDO.

Carmen Silva

26 "QUEREMOS UMA VIDA MELHOR!": A SITUAÇÃO SOCIAL DAS JOVENS NA PERIFERIA

Joana Santos

- 46 FOI UMA ATITUDE FEMINISTA
- 50 EU DECIDI SAIR DESSA!
- 56 BOTEI A CABEÇA PRA PENSAR
- 58 HOJE EU MORO NA MINHA CASA

DEPOIMENTOS



CAMINHOS

- 64 DESEMPREGO PREOCUPA AS JOVENS
Ilka Guedes e Ana Carla da Paz
- 65 O MUNDO MUDOU MAS OS PROBLEMAS CONTINUAM
Anselma Caia de Oliveira
- 67 O GOVERNO TEM QUE DAR GARANTIAS ÀS MULHERES
Fabiana Amorim
- 68 NÃO DEIXE O MEDO TOMAR CONTA DE VOCÊ
Sibéria Santos, Bruna Ferraz e Janaína Caetano
- 70 POBREZA E SONHO
Elaine Cristina e Caline Nascimento
- 71 DIREITO DAS MULHERES SÃO DIREITOS HUMANOS
Ilka Guedes
- 73 JOVENS NEGRAS E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
Ilca Márcia Albino
- 76 SEXO... SEXUALIDADE!
Adriana Ferreira e Ilca Márcia Albino
- 77 MATERNIDADE COMO DIREITO E NÃO OBRIGAÇÃO
Maura Augusta
- 79 DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: DIREITO DE TOMAR DECISÃO
Leydione Ramos
- 80 ABORTO: UMA QUESTÃO DE DIREITO
Elaine Cristina



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A ação educativa com mulheres sempre foi uma prioridade para o movimento feminista. É uma forma de contribuir para reflexões individuais e coletivas sobre si mesmas, sua vida cotidiana, seu contexto social e, especialmente a situação de desigualdade na qual vivem as mulheres. Foi neste espírito que o SOS CORPO desenvolveu, de 2002 a 2006, o projeto Jovens Cidadãs, reunindo jovens da periferia de Recife e região metropolitana em atividades de reflexão, de geração de habilidades básicas necessárias à vida, e potencializando a participação em eventos culturais e, em alguns momentos, em ações do movimento de mulheres e de outros movimentos sociais.

A nossa intenção era contribuir para que as jovens mulheres participantes do projeto tomassem suas vidas em suas próprias mãos, vissem a vida por outros ângulos que não os tradicionais e construíssem novas possibilidades pessoais ou coletiva para viver neste mundo que tanto queremos transformar. Não sabemos o que o futuro reserva a cada uma, mas temos certeza de que o fato de termos nos encontrado durante este período mexeu na vida destas jovens, e também mexeu nas nossas vidas. Ter participado, como educadoras, do desenrolar deste processo, foi uma oportunidade de aprendizagem e uma exigência de reflexão permanente.

Desta reflexão renascem desafios para o movimento feminista. A retomada da reflexão pedagógica é um deles. Precisamos trocar idéias sobre os trabalhos que temos realizado à luz da pedagogia feminista, sistematizar e socializar nossas experiências, aprender com nossos erros e acertos. Também nos desafia a necessidade de conhecer mais

profundamente a realidade social das pessoas com as quais trabalhamos e atuarmos juntas na elaboração de possibilidades de mudança neste contexto. A questão da violência é outro desafio permanente, bem como a forma de tratá-la em situações pedagógicas com grupos não engajados em movimento de mulheres, e também como inserir novas situações no enfrentamento político desta problemática.

Ter feito esta publicação, como obra coletiva, também foi, para nós, um grande desafio, mas, ao mesmo tempo, um grande desejo. Nos desafiou no sentido de pensarmos a prática educativa feminista em conjunto com os sujeitos nela envolvidos e de criar condições para expressão própria do olhar de jovens mulheres que estão criando novas possibilidades para suas próprias vidas, razão pela qual apresentamos aqui depoimentos e textos escritos pelas participantes do projeto além das fotografias feitas por elas. Foi um desejo porque acreditamos que um outro mundo é possível também com a expressão múltipla de vários sujeitos, a partir de inúmeros contextos e de diversas linguagens. Esperamos que todas as pessoas que tiverem acesso a esta publicação também tomem para si a resposta às inquietações que ela apresenta e, desta forma, sigamos construindo um feminismo popular e democrático.

Carmen Silva, Joana Santos e Vera Guedes
Equipe do Projeto



EU APRENDI QUE OS direitos das
 mulheres são os ^{iguais} ~~mesmos~~ do homem
 e Também que agente tem que lutar
 Pelo nosso direito de mulher em
 tudo Por que o preconceito está
 demais eu estou aprendendo neste
 grupo a não abalar a cabeça
 Por pequena Raboira que nós atingiu
 e Também aprendi a amar, e respeito
 todos que estão ao meu redor seja
 Branco, negro não ter diferença
 nem pobre ou rico EU PENSO
 EM FORMAR grupo na minha
 "comunidade"



REFLEXÕES

MULHERES, JUVENTUDE E CIDADANIA: RESGATANDO UMA EXPERIÊNCIA

Vera Guedes

O projeto *Mulheres Jovens Cidadãs* foi desenvolvido pelo SOS Corpo no período de 2002 a 2005, com setenta mulheres jovens, distribuídas em quatro grupos diferentes: o primeiro teve início em 2002; o segundo grupo começou em 2003; o terceiro, em 2004; e o quarto, em 2005. No segundo semestre de 2004, a equipe das educadoras tomou uma decisão de cunho metodológico, tendo como referencial a educação popular com pressupostos feministas, de compor um grupo com jovens pertencentes aos quatro grupos e contribuir para a sistematização da experiência. Nesse processo, além de refletir sobre o projeto como um todo e aprofundar seus conhecimentos, cada dupla de jovens iria escrever um texto sobre os temas trabalhados. E assim aconteceu. Nesta publicação, poderemos conhecer um pouco da visão dessas mulheres jovens através desses textos.

Todas as participantes do projeto estavam na faixa etária de 17 a 25 anos, e mais de dois terços tinham apenas o Ensino Fundamental, com exceção de uma participante que estava cursando faculdade e algumas que estavam no pré-vestibular ou no Ensino Médio. Todas eram desempregadas, moradoras de bairros da periferia da cidade do Recife e da Região Metropolitana. Cerca de 30% dessas jovens eram mães quando entraram para participar do projeto.

O projeto tinha como objetivo ampliar os conhecimentos, as habilidades, a auto-estima e as possibilidades de escolha de inserção social e política das jovens. Inicialmente tínhamos os seguintes conteúdos a serem trabalhados: identidade, gênero, raça, juventude, família, escola, trabalho, igreja, classe social, globalização, comunicação e mídia, uso dos recursos naturais e meio

ambiente. Mas, ao longo das atividades, outros temas foram se impondo. Direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade e violência foram incorporados na grade dos conteúdos. Essa incorporação deu-se pela análise da realidade social e por demanda das jovens que, no seu cotidiano, tinham de enfrentar questões relacionadas com os respectivos temas. As ações educativas tiveram, como fundamento político e teórico, os direitos humanos econômicos, sociais e culturais e os direitos reprodutivos e sexuais numa perspectiva feminista.

A metodologia do projeto foi desenvolvida através de elementos utilizados na educação popular e tomando como referência os princípios da pedagogia feminista. Nossos encontros aconteceram em forma de oficinas; minicursos; encontros de reflexão; atividades culturais; participação em atividades de mobilização pública; cursos básicos de informática, espanhol, fotografia, leitura e escrita. O de espanhol foi oferecido apenas para o primeiro grupo, e o de fotografia passou a constar a partir do segundo grupo. No quarto grupo, esses cursos básicos, que tinham carga horária bem restrita, variando entre 10 e 30 horas, adotaram o nome geral *Tomando Gosto*, especificado como “Tomando gosto pela leitura e escrita”, por exemplo.

No primeiro encontro com as jovens, no início de cada grupo, era sempre apresentada a proposta do projeto e distribuído um questionário a ser respondido, que nos ajudava a conhecer a situação e o pensamento das jovens desse novo grupo. A síntese desses questionários foi utilizada posteriormente na descrição do perfil das mulheres jovens com as quais trabalhamos.

Inicialmente as oficinas/cursos foram organizadas numa carga horária de 72 horas-aulas, que se distribuíram em três encontros anuais. A partir do segundo ano do projeto, as oficinas foram distribuídas em mais encontros de um ou dois dias cada. Esse era o momento em que trabalhávamos com vários recursos pedagógicos: roda de debate, leituras individuais ou em grupos, representações teatrais, pintura, poesia, desenho, massa de modelar, exibição de vídeo e produção da escrita. “Buscamos criar uma articulação entre o conhecimento oriundo da experiência e o conhecimento teórico, centrado nos direitos humanos, a partir de uma ambiência de debate fraterno, onde as inquietações e dúvidas se tornassem mais relevantes que possíveis disputas e, com isso, acreditamos ter conseguido

a reelaboração das informações e a construção de posicionamentos individuais sobre os temas em questão¹, o que podemos verificar nos trabalhos desenvolvidos pelas jovens ao longo do percurso.

10

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

Nesses encontros, tínhamos momento das atividades recreativas, quando as relações de amizade se consolidavam, mas também existiam os conflitos e preconceitos que apareciam mais fortemente, dado o tempo de convivência e as diferenças com relação ao jeito de cada uma perceber o mundo. Algumas vezes, ouvimos frases do tipo: “Aquele ali é muito galinha, fica com quem chega primeiro!” ou “Como ela é mal-educada, olhe que prato cheio!”. Essas questões eram sempre motivo para novas conversas no grupo que incidiam sobre a convivência e a visão de mundo das participantes.

No projeto, tínhamos também os momentos de reflexão, tardes de encontro com duração de 3 horas, nas quais a metodologia utilizada era roda de conversa sobre um tema ou uma questão colocada pelo grupo a partir de algum recurso pedagógico: exibição de vídeos, trabalho com recorte, dinâmica, jogos cooperativos, etc. Nessas tardes, trocávamos idéias, se ressignificávamos conceitos; geralmente o debate se dava de forma calorosa, e todas tinham oportunidade de se expressar. Um exemplo disso são as falas na tarde de debate sobre o tema *prostituição*:

“Eu acho que deve ser legalizada, muitas mulheres e muitos homens não têm opção de trabalho e precisam de trabalhar.”

“Tem gente que faz por prazer.”

“Não acho que prostituição é um trabalho, as mulheres não entram porque querem.”

Também podemos citar exemplos do debate sobre violência:

“A Igreja, com seu dogma, acaba não apoiando as mulheres que sofrem violência.”

¹ SILVA, Carmen
e FERREIRA,
Verônica. Percurso
Metodológico de
uma Experiência
Educativa sobre
Mulher e Trabalho.
In: Mulher e
Trabalho, SOS
CORPO, 2005.

“Não tem mulher que goste de sofrer violência.”

“Tem mulher que apanha de dia e à noite vai deitar com o homem”.

Esses extratos mostram as posições diferenciadas entre as participantes, porém mostram também a predominância do senso comum.

As atividades culturais das quais as jovens participaram durante o projeto foram momentos lúdicos de muito prazer. Essas atividades consistiam em idas ao cinema, à exposição de artes, à livraria; visitas a locais históricos da cidade. Muitas jovens, mesmo sendo da Região Metropolitana do Recife, não tinham tido oportunidade de conhecer vários locais da cidade. Em todos os grupos, também havia sempre alguém que nunca tinha ido ao cinema ou aos locais históricos da cidade. Dessa forma, constatamos a falta de acesso aos bens culturais que as jovens da classe pobre vivem. Percebemos também que a situação piora quando essas jovens já estão em uma relação de casamento e/ou com filhas/os, porque isso reduz suas oportunidades de acesso ao lazer.

Numa perspectiva de construção de possibilidades de participação social, tínhamos como recurso metodológico viabilizar a participação das jovens em mobilizações públicas, seminários, encontros e outros eventos organizados pelo Movimento Feminista e outros movimentos sociais. Como exemplo, podemos citar a participação no Dia de Luta Contra a Mortalidade Materna ou Contra a Criminalização do Aborto, no dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher —, Dia de Luta Contra a Violência à Mulher e outras mobilizações da juventude e/ou que venham a fortalecer os direitos humanos.

Os cursos voltados para geração de novas habilidades não tiveram, neste projeto, um cunho profissionalizante. O objetivo era simplesmente abrir possibilidades que despertassem nas jovens a busca por novos conhecimentos e perspectivas profissionais. No primeiro grupo, realizamos uma enquête para saber o interesse das jovens em participar de cursos que contribuíssem na geração de habilidades para sua formação profissional. Os cursos oferecidos foram: Básico de Espanhol, Descobrimdo a Leitura e a Escrita e Básico de Informática. Cada curso teve uma carga horária de 40 horas-aulas. A partir do

segundo grupo, após uma avaliação dos resultados de como cada curso poderia contribuir para a abertura de possibilidades na vida, optamos por retirar da grade de formação o curso de espanhol, pois foi o que teve o menor impacto na formação, substituindo-o pelo de fotografia. A idéia do curso de fotografia teve a intenção de favorecer no grupo a construção de uma relação estética com o mundo, buscando desenvolver o olhar e os sentidos para sua própria realidade como um universo digno de registro fotográfico.

Em síntese, este é o resgate da experiência do projeto *Jovens Mulheres Cidades*, um projeto no qual participaram quatro grupos de mulheres jovens, que vivem em situação de pobreza muito grande e cuja maioria não tinha tido ainda oportunidade de participação em qualquer espaço público. Encontrar-se com outras mulheres em situação social muito semelhante às suas foi, para essas jovens, uma abertura para o mundo e para os movimentos sociais. Abaixo, transcrevemos alguns escritos das jovens do terceiro grupo, durante a avaliação final do projeto, que demonstram essa afirmação.

“Ao longo desse projeto, pude aprender muito e passei a valorizar minhas idéias com relação a cidadania, sexualidade, direitos... A força que vocês, do Movimento de Mulheres, têm me contagiou de tal forma que a vontade de dar continuidade a esta luta é enorme. Pretendo, com isso, mobilizar algumas mulheres do bairro onde moro e trabalhar sobre cidadania e direitos sexuais e reprodutivos. Eu pretendo fazer com que elas tenham uma visão diferente do que é ser mulher e não continuem acomodadas achando que toda essa discriminação que sofremos é normal...”

“Agora eu sei que tenho direito e que tenho valor... eu sou uma mulher e me orgulho muito disso.”

“Aprendi a respeitar mais as pessoas, aprendi muitos assuntos interessantes e aprendi também que todas as pessoas têm direito a ter suas próprias opiniões...”

“Eu vi que tenho direito a ter toda a autonomia sobre meu corpo e sobre minhas opiniões.”

“O que eu queria fazer era formar um grupo de jovens, tanto meninas quanto rapazes, para eles saberem que os direitos são iguais, pra debater os direitos que a gente tem e que eles têm...”

“Neste grupo, eu estou aprendendo a não abaixar a cabeça... e também aprendi a amar e a respeitar todos os que estão ao meu redor, seja negro ou seja branco.”

EDUCANDO PARA A VIDA, EDUCANDO PARA O MUNDO.

Carmen Silva

“A educação tem sentido porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo. A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria por que falar em educação” (Freire, 2000).

A onda de movimentação social feminista do final dos anos 70 e início dos 80 foi desencadeada quase que totalmente por jovens. Eram mulheres jovens que voltavam do exílio político imposto pela Ditadura Militar que governava o Brasil; que saíam das universidades e das fortes mobilizações estudantis; que, vindas das organizações partidárias de esquerda, então na clandestinidade, queriam se aproximar dos setores populares... Elas ousaram sonhar com a liberdade, com um mundo de igualdade entre homens e mulheres e um país que fosse reconduzido à democracia e enfrentasse as precárias condições de vida de seu povo. De posse desse sonho, elas saíram do isolamento, criaram grupos, articularam-se, deram vida ao Movimento Feminista e se tornaram sujeitos políticos impulsionadores de diversas conquistas sociais.

Hoje, as mulheres jovens vivem em um país com funcionamento democrático, mesmo que muito ainda tenha de ser feito para radicalizar a democracia. Temos direito a eleger pessoas para os poderes Legislativo e Executivo, mas os eleitos

são, em sua maioria, homens e não se comprometem com os direitos das mulheres. Conquistamos vários mecanismos que compõem uma política de segurança voltada para mulheres, como delegacias especializadas, casas-abrigo, defensorias, nova legislação, mas a violência contra a mulher cresceu muito, tanto no âmbito doméstico como na vida pública. As mulheres que ousam viver a vida de forma livre da dominação masculina sobre o seu cotidiano, que vivem seus desejos e tomam suas próprias decisões, ainda são mal vistas e mal faladas. As mulheres negras chefes de família continuam sendo o segmento mais pobre da população brasileira, sem que haja um projeto de desenvolvimento para o País que consiga enfrentar essa situação. Também as mulheres continuam socialmente sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico e cuidados com crianças e idosos, além de que aquelas que conseguem um trabalho fora de casa ocupam os postos mais precários e com menores salários ou rendimentos.

Olhando para essa situação, a equipe do projeto *Jovens Cidadãs*, do SOS Corpo, se impôs as perguntas: o que o feminismo tem a dizer às mulheres jovens que vivem em situação de pobreza? O que, na história do movimento feminista no Brasil, pode contribuir para um trabalho de formação para cidadania como o que o projeto *Jovens Cidadãs* propôs? Fomos fazendo essa reflexão durante toda a execução do projeto, mas, especialmente, durante o processo de sistematização, e concluímos: *‘muito está por ser feito, mas vale o que já se fez’*. O feminismo continua sendo um movimento que faz a crítica contundente e propositiva à forma de organização social e ao Estado, ao mesmo tempo que se preocupa com a pessoa na sua formação integral, buscando gerar autonomia e capacidade crítica e criativa sobre o seu processo de crescimento pessoal e como sujeito político coletivo.

A proposta do projeto teve um sentido para o SOS Corpo. Nos desafiamos a fazer uma experimentação metodológica com base na pedagogia feminista, enfrentando a situação de pobreza, racismo e violência, nas periferias da Região Metropolitana do Recife. Diferentemente de outras experiências já realizadas, pautadas pela saúde da mulher e/ou por direitos sexuais e reprodutivos, queríamos ver as jovens participantes do projeto na sua integralidade, como sujeitos de direitos que, se efetivados, lhes permitiriam condições de vida dignas. Isso implicava potencializar aprendizagens em assuntos muito diversos com

mulheres que não tinham ainda participação em nenhum grupo ou movimento e que, portanto, muitas não tinham sequer a experiência de reunir-se.

A metodologia do projeto buscou articular diferentes elementos: oficinas e cursos com as temáticas do Movimento a partir da perspectiva dos direitos das mulheres, como gênero, raça, classe social, trabalho, violência, cidades, saúde, educação; formação em habilidades específicas, como fotografia, leitura e escrita, uso do computador; atividades culturais, como ida ao cinema, exposições, passeio pela cidade, teatro, museus; participação em eventos do Movimento de Mulheres, como debates, festas, passeatas, etc. A articulação entre esses diversos elementos tinha razão de ser: queríamos favorecer a percepção sobre suas próprias vidas e de outras mulheres; fazer sentir que seus problemas não eram apenas individuais, uma vez que outras mulheres passam por situações muito semelhantes. Era preciso sugerir a possibilidade de grupalização, de participação social e de conquistas coletivas a partir dos movimentos de mulheres. Tudo isso de uma forma muito inicial, centrada na autoconsciência, tendo como objetivo não a integração a um grupo ou movimento, mas a formação da pessoa, seu crescimento pessoal, a abertura de um campo de possibilidades capaz de favorecer o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Durante a execução desse projeto, fomos errando e acertando. Erramos ao estabelecer um tempo tão curto para trabalhar com cada grupo: a previsão inicial era de oito meses, com encontros quinzenais em oficinas de três horas e com cursos de curta duração (dois ou três dias) a cada dois meses. Mesmo associando a isso as outras atividades do projeto, tão logo iniciamos esse tempo nos pareceu muito curto para galgarmos os resultados previstos. O primeiro grupo teve duração de um ano e meio; o segundo, de um ano; e, em função dos compromissos assumidos, o terceiro e o quarto tiveram de se restringir ao tempo previsto. Parece algo simples, mas como esse projeto pretendia mexer com a percepção sobre suas condições de vida e com a formação pessoal, esse tempo exíguo tornou-se um grande desafio.

Após os três primeiros grupos, resolvemos criar as condições institucionais para um processo extra: a sistematização feita de forma coletiva, com a participação de integrantes dos três primeiros grupos, que consistiu em uma nova oportunidade de formação e grupalização. A partir dessa medida é que foi favorecido o engajamento

de algumas participantes nas atividades do movimento de mulheres, do movimento de juventude, a também nas articulações de Jovens Feministas.

Erramos também ao não definir precisamente como se daria a articulação entre os diversos elementos que compunham a metodologia no sentido de compor um processo com objetivo mais claramente definido. Isso gerou um certo impasse em alguns momentos: por um lado, não queríamos atrelar a participação no projeto ao engajamento em grupos e/ou ao movimento de mulheres; por outro, precisávamos oferecer algumas possibilidades de participação social nas quais as participantes encontrassem guarida ao término do projeto. Por fim, optamos por debater com elas sobre movimentos sociais, entre os quais o movimento de mulheres, mas sem construir vínculos como um escoadouro seguro para o exercício da consciência crítica. Queríamos que a decisão sobre o engajamento social, ou não, e as formas de fazê-lo fossem associadas à geração de alternativas pessoais, de projetos de vida nos quais pudessem se autodesenvolver como pessoas. Sentimos que acertamos nisso e percebemos que de fato a participação social que ocorreu ao término do projeto se deu de forma bastante diferenciada: algumas em associações de bairro, em grupos de mulheres ou de jovens, nas plenárias de orçamento participativo; outras se integraram ao grupo chamado Coletivo de Jovens Feministas; e há aquelas que estão dedicando o tempo a construir perspectivas de trabalho ou estudo. Uma alternativa não exclui a outra, e ambas demonstram as potencialidades de crescimento pessoal e de enfrentamento dos problemas da ausência de direitos das mulheres.

Destacamos alguns erros que, ao longo do processo, nos ajudaram a redirecionar os rumos do projeto e ir acumulando condições para atingir os resultados previstos, mas tivemos também alguns acertos, e o mais importante deles foi a firmeza de nos reabastecer na história do Movimento Feminista. Mas o que a experiência do Movimento Feminista nos ensina sobre o trabalho pedagógico com mulheres jovens em situação de pobreza? Muito! Praticamente é aí que nasce a ação educativa do feminismo no Brasil, no trabalho popular com mulheres, formando grupos de autoconsciência, contribuindo para o conhecimento do corpo e para a mobilização em torno da saúde, contra a violência, em defesa dos direitos... Depois o Movimento Feminista foi se especializando, as organizações que o compõem ganharam feições próprias e

profissionalizaram o trato com as áreas temáticas, mas o trabalho educativo continuou sendo uma forte tônica na ação de suas organizações.

A perspectiva pedagógica que se desenvolveu no Movimento Feminista apoiou-se na concepção de educação de Paulo Freire e articulou a isso idéias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica. Na década de 80, ela foi fortemente marcada pela formação dos grupos de autoconsciência, pelo uso da técnica de linha da vida e dos trabalhos com argila, massa de modelar, entre outros, como instrumentos que facilitam o conhecimento do corpo, os cuidados com a saúde e o debate sobre identidade e autonomia das mulheres. Dulcinéa Xavier, educadora do SOS Corpo, à época, fala sobre essa construção metodológica em texto de 1994:

Empregam-se algumas dinâmicas que suscitam a fala sobre experiências pessoais, fazendo com que a mulher lide com sentimentos, simbolismos e relações que marcaram situações de dominação, para que sejam superadas, tanto no nível das representações individuais, como das práticas sociais e políticas (Xavier, 1994).

A concepção pedagógica que foi se forjando nesse processo apoiava-se na idéia de integralidade da mulher como um elemento essencial para a formação do sujeito político; considerava a necessidade da formação da pessoa, entendida como geração de auto-estima, consciência de si e construção da identidade pessoal própria, não subordinada à expectativa social que define como as mulheres devem ser. Como disse Maria José Lima:

Os grupos de autoconsciência unem as mulheres, criando um vínculo significativo entre si, e vão gerando, pela tomada de consciência, percepção intelectual e emocional, cooperação e confiança... a reflexão coletiva levamos a desenvolver uma prática de percepção da condição da mulher e de autoconsciência do corpo e da mente, essa autoconsciência é o elemento fundamental da prática política feminista (Lima, 1988).

Às técnicas participativas e dedicadas à auto-reflexão, algumas organizações articulavam o rigor conceitual da teoria feminista. Nesse sentido é que o Movimento de Mulheres e as mulheres organizadas em outros movimentos foram se dando conta das suas condições desiguais de poder em relação aos

homens, foram construindo alternativas para reivindicar direitos e forjando políticas específicas para enfrentar a situação das mulheres. Foi também na relação com o feminismo que as mulheres organizadas foram consolidando a compreensão de que são sujeitos políticos, com capacidade crítica e autonomia para falar publicamente por si mesmas.

Em função da especificidade de suas missões ou mesmo a partir das diferentes concepções políticas, as organizações feministas foram dando ênfase a diferentes aspectos da formação com mulheres. Não temos um balanço geral, mas aparentemente predominou, no campo das ONGs, a formação voltada para a área de saúde, com ênfase na prevenção e nos direitos sexuais e reprodutivos, e, no campo dos movimentos, a formação sobre participação e aquelas voltadas para as lutas próprias das mulheres daquele movimento. É claro que também houve, historicamente, ONGs que buscaram desenvolver a educação feminista articulando a formação da pessoa com a participação política em movimento social, e, com isso, as questões trabalhadas nas oficinas e nos cursos tiveram um caráter amplo que possibilitasse uma análise crítica da sociedade e favorecesse a construção da identidade feminista e a organização como movimento.

É, novamente, Maria José Lima que nos dá indicação de como era a formação nos grupos de mulheres no início da década de 80. Segundo ela,

Grupo de autoconsciência é um trabalho que se realiza a partir da experiência vital de cada mulher na busca de problemas que são comuns a todas, por um período determinado (...) Nos grupos de autoconsciência se inter-relacionam, de um lado, os questionamentos, as inquietações e as experiências e, do outro, os conhecimentos, as investigações e a produção de estudos sobre as mulheres (Lima, 1988).

Além dos grupos de autoconsciência, o Movimento Feminista trabalhava com grupos populares de mulheres também através de outros processos de formação, que incluíam cursos, seminários, oficinas, debates, etc. Esses processos foram capazes de fortalecer inúmeras organizações que se articulam em torno de campos temáticos (saúde, violência, trabalho, direitos...) e de lutas comuns, como direito ao aborto, delegacias de mulheres, programa de saúde da mulher, direito de associação nos sindicatos rurais, etc.

“Ação político-educativa é um processo, que não se inicia nem se encerra como uma atividade específica”, enunciam Taciana Gouveia e Ana Paula Portella (1999), ao falar dos princípios pedagógicos que alimentaram as experiências de formação feminista. Elas ressaltam que tanto a pedagogia do Movimento Feminista quanto a pedagogia de Paulo Freire apontavam as necessidades urgentes de transformações estruturais, tanto no campo econômico como cultural.

As idéias de Paulo Freire sobre educação, que articulavam ação cultural e prática política, davam vigor ao debate sobre autonomia dos sujeitos, processos de transformação, democracia e organização de base e ficaram conhecidas como *educação popular*. Educação popular, nesse entendimento, não é “escola ou cursos para o povo”, ela é compreendida aqui como uma concepção pedagógica, mais precisamente “um ideário educacional que alimenta um conjunto de práticas sociais, marcada fortemente pela dialogicidade e pela perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que se mobilizem pela transformação social” (SILVA, 1996). Nascida das idéias de Paulo Freire, a educação popular bebeu nas experiências revolucionárias latino-americanas e na experiência de formação dos novos movimentos sociais no Brasil. Nesse processo, constituiu-se como um ideário ético, político e educacional, que congrega valores e problemas decorrentes deste processo histórico.

Antes invariavelmente associada à experiência de alfabetização de adultos, a educação popular passa, a partir de meados dos anos 70, a ser preferencialmente utilizada em seu sentido estritamente organizativo-conscientizador e a agregar novos valores ético-políticos como a “democracia de base” e a “autonomia”, dentro da metáfora do “povo como sujeito da sua própria história” (Doimo, 1995).

A educação popular tem muitos elementos em comum com a educação que se consolidou dentro do movimento feminista. Um deles, e talvez o mais forte, é o caráter político. Para ambas as expressões pedagógicas, os processos educativos visam à formação de sujeitos políticos, e o conhecimento é percebido como parte da construção do projeto desse sujeito.

As duas vertentes também se preocupam com a integralidade desses sujeitos, embora as ênfases sejam diferentes, uma dando mais espaço para a

vivência das emoções e corporeidade e outra mais voltada para as dinâmicas de participação.

Para Di Giorgi, o paradigma da educação popular parte de análise da sociedade onde se constata existência de estruturas de dominação, dentre as quais encontram-se as ligadas à formação da consciência; discutem-se, então, as formas de ação educativa que possibilitariam a superação dessa consciência oprimida. Entre as características dessa ação, destacam-se:

21

REFLEXÕES

A valorização da cultura popular; a participação dos educandos na formação dos objetivos e métodos de ação do programa educativo; a afirmação do caráter político da educação; a ênfase na metodologia; a proposta de partir sempre da vida dos participantes; a ligação entre aprendizagem e organização, entre reflexão e ação político-social das camadas populares; a “dialogicidade”; a relação pedagógica horizontal; as técnicas de grupalização, o estímulo à auto-estima e desinibição de todos os participantes; e o privilegiamento da organização de base (Di Giorgi, 1987).

Como se pode observar, essa perspectiva tem muito em comum com o trabalho educativo feminista. Difere no sentido de que, no feminismo,

“(...) privilegiam-se as microdimensões sociais sem perder de vista a sua relação com a dimensão macrossocial. Os conteúdos da esfera privada merecem atenção especial (...) o campo dos afetos, da sexualidade e das relações de parentesco é pensado com um lugar onde relações de poder estão presentes e devem ser tratadas politicamente” (PORTELLA E GOUVEIA, 1999)

A aproximação entre a pedagogia feminista e a educação popular se expressa muito fortemente ao observarmos os sujeitos com os quais ambas trabalham, majoritariamente – os grupos populares –, sejam mistos ou de mulheres, e a perspectiva política de transformação social. Betânia Ávila (2005) se refere aos grupos de reflexão “(...) como um dos métodos da organização feminista cuja dinâmica se baseia na socialização dos problemas da vida privada que as mulheres enfrentam”, dizendo que “este método criava e recriava os liames que evidenciavam a opressão e a exploração das mulheres como uma construção social. Nessa dinâmica, a percepção da vida como um lugar de destino é desfeita”.

No trabalho popular com as mulheres através do projeto *Jovens Cidades*, a realidade nos desafiava de muitas formas e nos impunha uma reflexão constante sobre o caráter político e pedagógico do trabalho que desenvolvíamos. Elas são jovens de 17 a 25 anos que vivem em situação de pobreza, uma parte considerável com a responsabilidade sobre filhos/as pequenos/as. A ampla maioria dessas jovens não adentrou o mercado formal de trabalho e tem grau de escolaridade baixo, com raras exceções atingindo, no máximo, o Ensino Médio. Elas retiram seu sustento da renda familiar ou de trabalhos esporádicos, informais e extremamente precários. Todas estão submetidas à obrigação social do trabalho doméstico e conciliam essa jornada com a busca de emprego, rápidas oportunidades de capacitação profissional ou com os trabalhos ocasionais. A essa situação, somam-se a violência doméstica e, na maioria dos casos, o grau de violência urbana existente nas regiões onde residem.

Diferentemente das experiências no início da década de 80, a maioria dessas jovens não tinha qualquer experiência anterior de participação social, não estava vinculada a nenhum movimento social. Ademais, o período conjuntural também é bem diferente da década de 80: não vivemos uma efervescência de movimentação social que se apresente como uma alternativa de participação que articule ideais e projetos de vida em larga escala.

Outras situações educativas, em que se busca acompanhar e articular grupos existentes ou mesmo se volta para a organização de grupos populares vinculados a um dado movimento social, são diferentes desta experiência. O projeto *Jovens Cidades* não estava previamente voltado para um movimento nem tinha no seu horizonte essa perspectiva de engajamento. Ela visava, tão-somente, abrir um campo de possibilidades e de reflexões sobre autonomia e projeto de vida. Mas, nesse procedimento, se deparava com todas as situações sociais que dificultam a autonomia das mulheres, que vão desde a situação de pobreza – que dificulta o direito de ir e vir e, com isso, o conhecimento e a apropriação de sua própria cidade – até o envolvimento com os homens vinculados ao crime organizado e a subordinação a eles, o que as colocava em inúmeras situações de risco.

A questão da violência apareceu nesse processo como um problema da realidade que é enfrentado cotidianamente pelas jovens e, nesse sentido, também como um problema pedagógico. Não foram poucas as vezes em que,

preocupadas em inserir outras temáticas na reflexão, propúnhamos um assunto, e, ao desenvolver alguma técnica que possibilitava a circularidade da palavra na roda de conversa, vinham à tona os casos de violência que tinham ocorrido naquela semana com elas mesmas ou com alguém muito próximo. A constância desse elemento no processo reflexivo exige especificidades pedagógicas que estão ainda a nos desafiar.

Todos esses desafios nos fizeram aprender com a experiência, é verdade, mas a vivência dos problemas permanentes, a ausência de perspectivas e de possibilidades de saída da situação e a iminência dos riscos aos quais a maioria dessas jovens está submetida nos emocionam e nos causam profunda indignação. Esse aprendizado fortaleceu a nossa concepção de que uma saída possível é pela porta coletiva da luta política, isto é, pela organização das mulheres como sujeito político, mas cientes de que a participação em movimentos sociais é uma escolha possível, e não uma outra obrigação para essas jovens.

“O feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeitos políticos do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o Movimento de Mulheres em geral, uma vez que a construção deste sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denominava condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por esta condição” (Ávila, 2005).

O processo político-pedagógico desencadeado na execução do projeto *Jovens Cidades* nos possibilitou articular feminismo e educação popular num contexto de grandes desafios estruturais. Essa experiência exige um aprofundamento da reflexão no sentido de impulsionar a elaboração de uma pedagogia popular feminista, voltada à constituição de sujeitos políticos coletivos femininos nas classes populares, isto é, para fortalecer o Movimento de Mulheres com caráter feminista e popular.

Esse movimento, já em formação, se impulsiona pela visão de transformações estruturais, na qual a situação econômica das mulheres tem um lugar central, pois, sem acesso a trabalho e renda, as possibilidades de mudança das condições de vida são muito reduzidas. Mas, sem sair da subordinação mental que as relações

sociais de gênero impõem às mulheres, não é possível organização política de um movimento de luta por uma vida melhor. Daí se tornar imprescindível a constituição das mulheres, e em especial as jovens, como sujeitos autônomos, com perspectivas crítica e criativa, capazes de tomar suas próprias vidas nas mãos e cuidarem de si mesmas, de seu crescimento pessoal e das mudanças coletivas. Essa perspectiva não pode, todavia, desresponsabilizar o Estado e a sociedade, aí percebendo o conjunto dos movimentos sociais, pela situação que essas jovens enfrentam no cotidiano.

A ausência de políticas públicas consistentes e articuladas para enfrentar a situação em que vive a juventude de periferia já foi objeto de elaboração e reivindicação pelos movimentos juvenis, que hoje possuem um conjunto de propostas a serem colocadas em prática pelos governos. Entretanto, em que pese toda a mobilização dos grupos de jovens para a construção da política nacional de juventude, ela não está ainda em execução plena e não atende às diversas situações que atingem a juventude, como, por exemplo, a das mulheres jovens com as quais nos relacionamos no projeto *Jovens Cidadãs*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e Sujeito Político. In: ÁVILA, SILVA e FERREIRA (org.). Mulher e Trabalho. Recife: SOS Corpo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. A Batalha de Durban. In: Revista Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre 2002, p. 210.

CARREIRA, Denise. Viver é Afinar um Instrumento – Processos de Formação Feminista no Brasil. São Paulo: USP, 2001. Dissertação.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. Utopia e educação popular: o “paradigma da educação popular” e a escola pública: caminhos de um encontro necessário. São Paulo. Tese de doutoramento em Educação – Faculdade de Educação, USP, 1992.

DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do Popular. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Jovens em Tempo Real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PORTELLA, Ana Paula e GOUVEIA, Taciana. Idéias e Dinâmicas para Trabalhar com Gênero. Recife: SOS Corpo, 1999.

SILVA, Carmen S. M. Contribuições para uma Análise da Política de Formação do PT. São Paulo: PUC-SP, 1996, dissertação.

SOS CORPO. Seminário Nacional: O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas. Recife: SOS Corpo, 1988.

XAVIER, Dulcinéa de Oliveira. Uma Pedagogia Feminista. Recife: SOS Corpo, 1994.

“QUEREMOS UMA VIDA MELHOR!”: A SITUAÇÃO SOCIAL DAS JOVENS NA PERIFERIA

Joana Santos

Será que ninguém vê o caos em que vivemos? / Os jovens são tão jovens,
e fica tudo por isso mesmo / A juventude é rica, a juventude é pobre / A
juventude sofre, e ninguém parece perceber / Eu tenho um coração / Eu
tenho idéias / Eu gosto de cinema / E de coisas naturais / E penso sempre
em sexo, oh yeah! / Todo adulto tem inveja dos mais jovens / A juventude
está sozinha / Não há ninguém para ajudar / A explicar por que é que o
mundo / É este desastre que aí está / Eu não sei, eu não sei / Dizem que
eu não sei nada / Dizem que eu não tenho opinião / Me comprem, me
vendem, me estragam / E é tudo mentira, me deixam na mão / Não me
deixam fazer nada / E a culpa é sempre minha, oh yeah! / E meus amigos
parecem ter medo / De quem fala o que sentiu / De quem pensa diferente /
Nos querem todos iguais / Assim é bem mais fácil nos controlar / E mentir,
mentir, mentir / E matar, matar, matar / O que eu tenho de melhor: minha
esperança / Que se faça o sacrifício / E cresçam logo as crianças

Aloha, Música de Marcelo Bonfá e Renato Russo

Este é um produto de sistematização do Projeto Jovens Cidadãos, experiência de trabalho educativo, do SOS Corpo, que tem a intenção de socializar o conhecimento e construir diálogos a partir dos nossos aprendizados durante a realização do projeto.

Iniciamos com a letra dessa música com o propósito de provocar indagações, questionamentos, afirmações ou simplesmente inquietações sobre as diversas maneiras como vemos, mas, sobretudo, como se apresentam as concepções e os jeitos da ou das juventudes.

No projeto, para construir o perfil das jovens participantes, elaboramos um instrumento enquanto método investigativo, um questionário com 64 perguntas que serviu como meio de avaliação quando aplicado no início e no término de cada grupo. Também foi efetivado, a partir do uso desse questionário, um processo de tabulação dos dados, bem como a realização de espaços de estudos a partir dos resultados coletados, que possibilitou aprofundamentos de alguns temas com as próprias jovens no então grupo de sistematização que foi formado com representantes dos quatro grupos que participaram do projeto.

Os grupos do projeto, ao longo de seus cinco anos de realização, estiveram voltados para mulheres jovens, pobres e moradoras dos bairros de periferia da Região Metropolitana do Recife. A vivência e a relação direta com o cotidiano dessas jovens e sua participação nos grupos no projeto de alguma forma já contribuíam para nos debruçarmos diante de questões de sua realidade: situação de violência; desemprego; pouca escolaridade; jovens mulheres mães e, muitas destas, mães solteiras; relações conflituosas nas famílias... Enfim, uma condição de vida que não poderia deixar de se relacionar com o contexto social e os conteúdos que eram apontados e confirmados enquanto assuntos de interesse para reflexões, diálogos e conversas que as jovens já expressavam nas primeiras falas ao chegar aos grupos.

Esse método de relacionar as condições de vida com o contexto social é tanto uma afirmação da prática feminista quanto dos significativos aprendizados que adquirimos para a vida institucional quando da opção de também trabalhar com as mulheres jovens.

Para o feminismo, está posto o desafio de articular, em suas ações e reflexões políticas, as relações de desigualdades sociais entre homens e mulheres com outras dimensões estruturadoras dessas desigualdades, levando em conta também as condições de classe e raça e, em particular para esse tipo de trabalho, a dimensão geracional. Ou seja, para o propósito do trabalho formativo ou de mobilização social que possa vir a contribuir para o fortalecimento da intervenção política das jovens, devem-se considerar, a partir de sua realidade social, as condições específicas do ser e estar sendo mulher jovem no mundo: seus sonhos, suas condições, suas relações de afetividade, seus espaços, suas conquistas e dificuldades. Essa proposição também faz fortalecer o que há de mais caro no feminismo: a constituição do sujeito político.

QUEM ERAM AS JOVENS MULHERES PARTICIPANTES DO PROJETO

Descrever o perfil das jovens participantes dos grupos nos remete, primeiramente, ao registro das informações que elas dispuseram nas respostas do questionário/diagnóstico, mas também a relacionar as análises dos dados coletados com as situações reais da vida cotidiana dessas jovens.

28

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

Por isso, nos desafiamos a construir, quando da apresentação de algumas questões, exemplos ou casos de vida dessas jovens. Não pretendemos, com esse método, expor as pessoas com um ou outro exemplo aqui colocado, mas tão-somente poder ilustrar, a partir do cotidiano, as reais possibilidades de vida dos sujeitos envolvidos nesse processo de sistematização. Também informar que, para efeito de análise e questionamento, tomamos como referência os dados coletados no referido questionário/diagnóstico utilizado no decorrer da execução do projeto, como também recorremos a algumas fontes em outras pesquisas elaboradas junto ao público juvenil, nas quais faremos as devidas citações.

Quanto à composição dos 4 grupos, cabe dizer que, por ano, oscilava entre 20 e 25 pessoas, totalizando cerca de 70 jovens participantes de todo o projeto. Estas se distribuíam na faixa etária que predominava entre 17 e 19 anos de idade, que correspondia a 37,7%; de 20 a 22 anos, 35,8%; e, de 23 a 25 anos de idade, 26,4%.

Em relação à questão racial, as jovens predominantemente se classificaram na seguinte ordem no quesito cor/raça: 22,6% se diziam da raça negra; 24,5%, da cor morena; da cor parda, 9,4%; e branca, 22,6%. Houve, também, pequenas derivações para as cores morena-clara, morena-escura e mestiça, enquanto que 11,3% não responderam a esse quesito da identificação racial.

Os dois percentuais de 22,6%, tanto para a raça branca quanto para a raça negra, chamam a atenção para a análise dos dados, pois há significativas porcentagens quando a referência trata das derivações de “outras” cores que, segundo estudos para questões da identificação de raça e etnia (morena-clara, mestiça, etc.), se aproximam da raça negra; o que não significa dizer, a priori, que, no projeto, 46% das jovens que responderam a esse quesito da cor negra já se afirmavam ou se identificavam enquanto mulheres negras.

Segundo Sueli Carneiro, os indicadores sociais colocam em foco as desigualdades de sexo e de raça/cor, considerando negro o conjunto da população preta e parda.

Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São essas mulheres que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. (Carneiro, 2002)

29

REFLEXÕES

As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outras violações de direitos humanos de forma diferente dos homens.

As desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho apontam para uma pior situação de negros e mulheres e, expressam, ainda, a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras, e faz com que estas, vítimas do racismo e do sexismo, encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua conseqüente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.¹

Para o feminismo, é um posicionamento político afirmar a luta anti-racista por compreendê-la enquanto situação social em que homens e mulheres pobres e negros/as sofrem maiores discriminações e preconceitos na sociedade, em particular, as mulheres negras.

A partir da experiência no projeto, aqui vale um registro especial quando da realização das oficinas sobre raça e gênero. Os dois últimos grupos nos fizeram avançar em dois aspectos de afirmação de identidades. Um que trata da coerência com o propósito do projeto voltado para jovens cidadãs, no sentido amplo de compreender a construção da cidadania a partir do lugar social e de um trabalho voltado para a construção de direitos e da transformação social, bem como de uma outra afirmação do lugar da construção de sujeito político em que essas jovens ocupam na sociedade na sua condição de classe social e das condições de desigualdades que vivenciam a partir de suas próprias condições juvenis.

¹ Dados do relatório da Unifem sobre a questão racial no Brasil – 2004.

Por parte do último grupo do projeto em 2005, as jovens sentiram necessidade de uma afirmação de identidade mais coletiva enquanto grupo, tanto pelas relações que foram se consolidando quanto pelo princípio de grupo que elas foram formando através de declarações do tipo: “[...] o grupo para mim é como se fosse uma família, nos encontramos, nos conhecemos, gostamos de estar juntas [...]. Quando estamos no grupo, até esquecemos nossos problemas e nos sentimos com mais força”. A partir daí, surgiu a necessidade de nomear o grupo, durante o projeto, pois foi o único grupo que fez essa afirmação de caráter mais coletivo. Foram vários debates, sugestões, impasses, que se configuraram a partir de duas questões – a afirmação da identidade voltada para a dimensão racial compreendida no contexto de raça (garra, vontade de lutar) e a raça negra como sinônimo de resistência. O nome do grupo ficou, então, Balaio de Raça, que expressava as identidades em ser o grupo um lugar para juntar várias idéias, jeitos... e a simbologia nordestina do uso do balaio, que traduzia, de forma poética, que no Balaio devem caber todas as mulheres jovens, com seus jeitos, suas idéias e sua raça, por serem guerreiras.

COMO VIVEM AS JOVENS CIDADÃS

Depois de muito tempo procurando emprego, ela encontrou. Começou a trabalhar, arranhou um “emprego” em uma loja de venda de aparelhos odontológicos. Trabalhou um mês e, ao final, não recebeu salário. No segundo mês, foi reclamar e foi demitida, sem nada. Pegou uma briga, reclamou, ameaçou denunciar e recebeu parcelado pelo seu trabalho.

Esses, entre outros casos, ilustram a relação das jovens com o mundo do trabalho. Para 54,7% das jovens, a renda familiar estava na média de 1 a 3 salários mínimos, enquanto que, para 22,6% delas, não ultrapassava dois salários mínimos. Essas jovens, quando recebiam recursos, eram decorrentes de trabalhos ocasionais, porque a maioria não tinha trabalho fixo, e parte desses recursos era para ajudar na renda familiar.

A partir desses exemplos, as condições de trabalho na vida dessas jovens estão claramente estabelecidas. Não se trata de emprego com direitos e salários assegurados, mas de trabalhos ocasionais para suprir as necessidades, numa condição extremamente informal, insegura e desrespeitosa enquanto garantia de direitos.

Entre as jovens, 49,1% concluíram cursos profissionalizantes de informática, recepcionista e telefonista. Embora esses cursos possam apontar possibilidades para sair da realização dos tradicionais cursos voltados para as prendas domésticas, ou os chamados cursos “naturais” para as mulheres – como enfermagem, magistério, culinária, etc. –, essa iniciativa ainda está longe da tão sonhada oportunidade para a entrada no mercado de trabalho, pois não depende somente de oportunidades de capacitação; as pessoas concluem cursos e não arranjam emprego.

Ou seja, esses cursos, embora possam parecer instrumentos facilitadores para entrada no mercado de trabalho ou iniciativas de construir mecanismos para facilitar a “buscar emprego”, parece que não são necessariamente uma condição para inserção no mercado de trabalho. Cabe, portanto, enquanto responsabilidade do Estado e dos governos locais, estaduais e Federal criar políticas públicas de trabalho e renda para os/as jovens e, em particular, para as mulheres, pensando, inclusive, a multiplicidade de espaços da vivência juvenil, considerando condições de escolaridade, transporte urbano, segurança, bem como criação de creches para os filhos e as filhas das jovens permanecerem na escola ou poder trabalhar, entre outros.

Em relação às condições de moradia, essas jovens viviam com pai, mãe, avós, irmãos ou com esposo e filhos/as, o que demonstra que o núcleo familiar continua sendo a estrutura básica de convivência familiar. Nesse item, também três questões nos chamaram a atenção:

No diagnóstico, do número de pessoas que moram na mesma casa, 49,1% disseram morar com 4 a 6 pessoas, o que demonstra os dados dos últimos censos de redução do tamanho das famílias.

No que toca à condição de moradia, 73,6% das jovens apontaram que é precária a falta de estrutura. Nas casas, por exemplo, a relação entre cômodos existentes, número de pessoas na família e número de pessoas dormindo juntas mostra uma situação que está muito longe de garantia de conforto, pois 24,5% das jovens disseram que dormem 4 a 6 pessoas no mesmo cômodo. Se compreendermos o lugar de privacidade enquanto direito da pessoa ter seu espaço, criar condições harmoniosas de convivência..., então quais as reais condições de viver conforto nesse espaço do dia-a-dia?

Outra questão que está relacionada com a dimensão de gênero e de classe social é a que trata da predominância das mulheres na chefia das famílias. No diagnóstico do projeto, 35,8% das jovens disseram que as famílias eram chefiadas pelas mães (índice este maior do que os apontados em pesquisas nacionais, conforme demonstração abaixo) e 34% disseram ser chefiadas pelos homens, quando somados pais e/ou maridos.

Fontes de outras pesquisas nos mostram como são estabelecidas essas relações de desigualdades sociais quando colocam que a principal mudança nas relações de gênero é o expressivo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE. No Brasil, a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios, em 1992, e passou a ocorrer em 25,5% dos lares em 2002 (último ano em que os dados da pesquisa foram divulgados), com um crescimento da ordem de 32,1% nesses dez anos. Todas as grandes regiões acompanharam essa tendência, algumas com maior intensidade, como a Norte urbana (46,4%) e a Sul (43,4%).

Esse fenômeno ainda está muito concentrado na área urbana, uma vez que 86,9% dos domicílios na área rural eram chefiados por homens em 2002. Na área urbana, 27,6% dos domicílios possuíam chefia feminina; e 72,4%, masculina. Essa tendência se acentuou nas áreas metropolitanas, onde a proporção de chefes mulheres cresce para 31,2%.

A renda dos domicílios com chefia feminina é menor que a dos lares chefiados por homens, repetindo aqui uma situação comum do mercado de trabalho: as mulheres ganham menos que os homens.

Além disso, há uma relação inversa entre o rendimento familiar e a chefia de domicílios femininos: quanto menor a renda, maior a proporção de lares chefiados por mulheres. Como grande parte da chefia feminina é feita sem a presença de um cônjuge, ou seja, sem a divisão de responsabilidade, esses domicílios acabam enfrentando maior dificuldade, que se expressa também em outros indicadores: em todas as regiões analisadas, observou-se no grupo 1 uma menor taxa de participação, explicada pela quantidade maior de pessoas inativas; a taxa de desemprego foi maior, apontando a dificuldade de inserção

no mercado de trabalho, assim como se verificou alta taxa de dependência, mostrando que um número maior de pessoas (inativas ou desempregadas) depende do rendimento recebido pelas pessoas ocupadas no domicílio.

Portanto, as mulheres têm assumido um papel de chefia na família com muito mais presença, com a confirmação da tese de que, quanto mais pobres os lares, maior a chefia feminina e menores os rendimentos. Então, perguntamos: para as jovens como isso se agrava se levarmos em conta que a maioria estava desempregada e com pouca escolaridade?

Com relação ao estado civil das jovens, a maioria (73,6%) estava solteira e 24,5%, casadas. Dessas solteiras, 30% tinham filhos/as, o que já nos chama a atenção para a grande responsabilidade que estas jovens assumem com a manutenção e cuidado de filhos.

No entanto, essa é uma condição secular, pois, desde o tempo de nossas mães e avós, mulheres muito jovens e adolescentes ficavam grávidas. Mas parece que há outras questões agregadas à situação de gravidez na vida das jovens pode também representar oportunidade para sair de casa e da criação dos pais e da subordinação a eles, ou ainda possibilitar uma condição para melhorar de vida.

Na experiência do projeto, talvez por ser exclusivamente com mulheres jovens, esse aspecto é revelador de uma outra situação: para elas, continua sendo confirmado o maior grau de responsabilidade na criação dos filhos, o que se agrava quando o pai da criança não divide ou assume qualquer responsabilidade e se estende à tarefa de cuidar dos filhos para outras mulheres na família, na medida em que as jovens mães, por algum motivo, ao se ausentar da casa, têm de deixar a(s) criança(s) com a mãe, irmã, avó, vizinha, amiga, tia, etc. Ou seja, o trabalho doméstico, mais uma vez, é afirmado como se fosse única e exclusivamente “natural” para as mulheres. E onde fica, por exemplo, a co-responsabilidade dos pais na criação dos filhos? Isso sem falar que, para as jovens mães, a tarefa do cuidado com os filhos também poderá vir a prejudicá-las no que diz respeito à vivência de sua própria condição juvenil, sem ter tempo ou simplesmente sendo proibidas de vivenciar momentos de lazer, estudos, namoros, amizades... como quaisquer outras jovens.

Essa situação se confirma quando foram perguntadas quando deixam de ser jovens. Disseram 18,9% delas que é quando casam e têm filhos; 13% disseram

que é quando passam a ter responsabilidades. E, quando perguntadas se homens e mulheres vivem a juventude do mesmo jeito, a maioria afirma que os comportamentos são diferentes, que as mulheres têm menos direitos e liberdade e que é dada uma educação diferenciada pela família.

Segundo Betânia Ávila,

34

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

a realização de tarefas relativas à reprodução, entendida aqui como processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, é contabilizada como parte de dinâmica natural da vida cotidiana, cuja responsabilidade está a cargo das mulheres.

Essa dinâmica que está implícita na concepção tradicional do feminino associado às mulheres está questionada e, em algumas situações, alterada, no entanto não está superada. O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social. Essa concepção ainda é dominante nas instâncias de poder responsáveis pela produção de políticas públicas e regras que regulam as relações sociais.

Essas questões também se associam à divisão sexual do trabalho que está sustentada em um poder patriarcal que, reconstituído e readequado às exigências do desenvolvimento da sociedade capitalista, produziu uma ideologia que associa homens/produção/esfera pública, mulheres/reprodução/domesticidade, conferindo a essas associações uma hierarquia na qual a primeira associação é tida como superior e da ordem da cultura, e a segunda como inferior e da ordem da natureza. Há uma produção de saber legitimadora dessa ideologia. A mercantilização do corpo e da sexualidade no contexto da globalização econômica reestrutura e reifica formas tradicionais de relações patriarcais. (Ávila, 2005)

JOVENS CIDADÃS E A CONVIVÊNCIA COM O MUNDO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em plena realização da atividade educativa, chegam as jovens de vários bairros da periferia, no início nem se conheciam... Uma delas, com 20 anos, grávida de três meses, chega calada, tímida, desconfiada, com vergonha de falar e de olhar as pessoas e com o braço na tipóia. Alguém pergunta: “O que foi isso no teu braço?”. Ela responde “foi meu marido que quebrou”.

Outra jovem com 19 anos, também participante do grupo, tem um filho de 4 anos, mora com os pais. O pai de seu filho é casado, tem outra família, ele construiu uma casa para ela (que é conjugada com a casa de seus pais). Nessa relação, a jovem assume o papel de mãe solteira para a sociedade, mas tem “obrigações conjugais” com o pai da criança, e ela também é submetida a espancamentos por parte de seu próprio pai, que é alcoólico.

Em uma situação de violência com espancamentos por parte do pai de seu filho e de seu próprio pai, a jovem toma a iniciativa de buscar apoio e ajuda através dos serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência; fez denúncia e, na negociação, através da justiça, conseguiu pensão para seu filho.

Esses casos ilustram a relação cotidiana das jovens com o mundo da violência no espaço doméstico.

No questionário do projeto, quando perguntadas sobre quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade, 28,3% das jovens disseram ser a violência, o desemprego e o preconceito, em uma única sequência de respostas.

O que nos faz afirmar que essas jovens já percebiam, seja pelos exemplos por parte de algumas delas ou de conhecerem outras mulheres, que convivem com situações de violência no cotidiano, seja ainda pela condição social de desemprego, seja por reconhecerem que as diferenças nas relações de desigualdades sociais entre homens e mulheres são condições que reforçam o preconceito e a discriminação, estas ao mesmo tempo, se estruturam e se sustentam em uma cultura conservadora e patriarcal “naturalizando” o lugar de submissão às mulheres.

É, portanto, a violência contra as mulheres uma questão estrutural, pois, embora a violência contra a mulher aconteça, em sua maioria, ainda no espaço doméstico, é uma situação que está relacionada com outros fenômenos sociais, principalmente quando da ausência de políticas de segurança pública, de criação ou ampliação dos serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência ou na falta de outras iniciativas governamentais de emprego e renda, saúde, educação e outras políticas que possam garantir qualidade de vida para as mulheres. A efetivação dessas políticas é, portanto, responsabilidade do Estado brasileiro e dos governos.

A violência contra as mulheres é uma questão pública e de violação de direitos humanos na medida em que, por exemplo, para as mulheres jovens faltam possibilidades de conhecer sua cidade, estar no espaço público, intercambiar experiências com outras pessoas e lugares, traduzir o espaço público num direito de ir e vir e de concretizar políticas para o exercício de seus direitos, bem como poder ampliar as possibilidades de circular despreocupadamente na cidade com segurança.

No enfrentamento da violência contra as mulheres, pensada na dimensão das políticas públicas e voltada para as jovens, a idéia é pensá-las a partir dos seus múltiplos espaços de vivência juvenil, inclusive articulando a produção de cultura às iniciativas de trabalho e renda, proporcionando condições de acesso e permanência nos estudos como forma de combater as desigualdades sociais, e com capacidade de produzir idéias e ações coletivas para concretizar direitos, acessibilidade e possibilidades. De forma que promover cursos, criar ou resgatar expressões culturais ou de organizações juvenis seja, ao mesmo tempo, possibilitar à juventude criar e recriar sua história, criar condições de sobrevivência digna, para que possam expressar o seu jeito próprio de estar sendo sujeito do seu próprio processo de construção ou de transformação social e de construir uma vida feliz.

A questão da violência foi um tema apresentado com preocupação constante na vida das jovens, assim como o tema da segurança pública, tanto no questionário do projeto quanto em outras pesquisas juvenis, a exemplo da pesquisa Retratos da Juventude, da Fundação Perseu Abramo, e da Pesquisa Juventude é atitude, qual é a sua?, do Fórum de Juventudes do Recife e da Região Metropolitana. Entretanto, para as jovens, a questão da violência também se traduz como o maior medo na vida das pessoas e, por manifestação de seus desejos, o tema da violência é o que deve ser debatido entre os/as amigos/as e na sociedade.

JOVENS CIDADÃS: O QUE PENSAM SOBRE SER JOVEM

Embora não seja nossa pretensão aprofundar análises nesse campo, até porque vários atores, educadores/as, pesquisadores/as, entidades que trabalham com jovens e as próprias organizações juvenis já o fazem com bastante propriedade, iremos tão-somente descrever algumas questões que foram levantadas a

partir do diagnóstico/questionário e que foram também provocadas durante a realização da experiência no projeto.

No projeto, as jovens, ao descreverem o que é ser jovem, disseram: curtir a vida, ter autonomia, dignidade e responsabilidade, viver a liberdade com responsabilidade. Nas pesquisas acima citadas também são apresentadas essas mesmas opiniões, sendo acrescentado, ainda, que ser jovem é não ter preocupações, ter atividades de lazer, estudar/adquirir conhecimentos. E, quando interrogados/as se há mais coisas ruins ou boas em ser jovem, as respostas ultrapassam a casa dos 70% que afirmam haver mais coisas boas. Já para as jovens no projeto, foi observado um significativo percentual de 66% que disseram ambas as coisas, ou seja, que há coisas ruins e boas em ser jovem, quase que na mesma proporção.

A partir desses conceitos colocados pela juventude, seja nas pesquisas, seja através das jovens no projeto, sobre a concepção de ser jovem, nos chamou atenção o seguinte fato: para as jovens do projeto, talvez por terem tido poucas oportunidades de refletir sobre suas próprias condições juvenis, a idéia de ser jovem parecia não estar relacionada à sua própria vida cotidiana, era como se não se sentissem jovens... Parece até que era uma idéia vista pelas outras pessoas. Elas poucas vezes se perguntavam para si mesmas: “Como me vejo?”. Ou: “Como os outros me vêem?”. Essas são reflexões que poderiam ajudar na sua própria afirmação de identidade social e geracional.

Assim, é oportuno relacionar essas questões com algumas interrogações que ousamos apresentar. Se o significado de ser jovem tem expressões de liberdade, autonomia, curtir a vida e ter responsabilidade (aliás, este último termo se repete na pergunta sobre o significado de ser jovem como também nas piores coisas em ser jovem), então, onde se constrói ou se integra o exercício da liberdade ou da autonomia na vida dos/as jovens? O cumprimento da responsabilidade seria o limite para o não-exercício destes? Para nós, esse tema é bastante provocativo das concepções entre princípios de liberdade e de autonomia. Nesse entendimento, ao serem perguntados/as sobre o que é ser adulto/a, por exemplo, parece se enquadrar ou afirmar os padrões e o senso comum da sociedade e de grande parte dos/das jovens ao colocar que ser adulto/a é ter filhos e que, portanto, confirmam-lhe um lugar de confiabilidade, de ser responsável. Estariam, então, os/as adultos/as longe

dos riscos ou dos problemas que os/as jovens apresentam? Ou os/as jovens têm de ser responsáveis só quando se tornarem adultos/as?

Para os/as jovens, o principal problema ou as piores coisas em ser jovem, segundo afirmaram nas pesquisas citadas, é ter responsabilidade, não ter credibilidade, ser criticado, não saber aproveitar a vida, poder se envolver com drogas.

38

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

No feminismo, a idéia de liberdade está para além desta dimensão da responsabilidade, está voltada para a expressão da vida, da escolha e do exercício da autonomia na vida das mulheres. Seja pela vivência de sua sexualidade ou de buscar informações para a prática do sexo seguro, seja na luta pela legalização e descriminalização do aborto, seja nas orientações sexuais que as pessoas – homens e mulheres – possam assumir em sua vida enquanto escolhas ao prazer e à vivência de direitos, respeito e dignidade humana.

Na perspectiva da afirmação dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, o feminismo refere-se ao direito de homens e mulheres decidirem quando e em que condições querem ter filhos/as, dentro ou fora do casamento, em pequeno ou grande número, por distintas formas – adoção, gravidez decorrente de uma transa ou de inseminação artificial e outras tantas formas que a ciência venha a desenvolver –, compartilhando filhos/as entre casais homo ou heterossexuais em distintas formas de famílias, pois a liberdade e a autonomia são princípios fundantes do feminismo.

Essas questões aqui expostas pelo feminismo são, ao mesmo tempo, questionadoras não somente da forma ou do modo que a sociedade expressa ou reprime o exercício da liberdade e da autonomia, mas também questiona os modelos que enquadram “como” deve ser, por exemplo, estruturada a família. E essa questão é importante ao registro, tendo em vista que, nas pesquisas citadas e com as jovens do projeto, a família é afirmada como espaço de maior importância e confiança na vida, mas é também o lugar de maior vivência de conflitos.

Essas idéias ou lutas que têm se configurado enquanto conquistas e desafios a serem enfrentados, a dimensão de liberdade e autonomia para as mulheres não se restringem contudo aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, mas também à efetivação do exercício da cidadania, da proposição, da participação política e do fortalecimento das organizações das mulheres.

POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA VIDA DOS/DAS JOVENS

É evidente um crescimento, nos últimos anos, no Brasil, do interesse pela temática da juventude. Para nós, através da experiência do projeto, esse interesse se manifesta através da realidade e na relação cotidiana da vida das jovens como expressão do foco de nosso trabalho com a juventude.

Além do reconhecimento à participação social e a organizações juvenis, também a juventude tem se inserido na agenda das políticas públicas de governos locais, estaduais e Federal. Tem sido objeto de interesse da mídia, das ONGs e fundações empresariais. Os governos têm demonstrado vontade política de considerar a condição juvenil a partir de sua própria especificidade; e, no âmbito das intervenções do Estado, há iniciativas políticas a exemplo da criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude.

Essas são iniciativas que, segundo Helena Abramo (2004), parecem estar em contraposição da suposta “apatia” dos jovens em relação à não-participação na vida política nacional e local e do não-engajamento em lutas sociais em prol de causas maiores.

Nas pesquisas com a juventude, o item sobre política e participação política demonstra um fato instigante: mais de 50% dos/das jovens acreditam que a política influencia a vida das pessoas e faz parte dela. No entanto, mais de 65% disseram não praticar atividade política ou, quando o fazem, estão voltados para a participação em comícios durante as eleições ou trabalho de boca-de-urna para candidatos, não se configurando necessariamente expressão de militância política, embora muitos o façam. Grande parte faz esse tipo de atividade como fonte de renda.

Também nesse item, os/as jovens demonstram uma confiança nas instituições sociais, a exemplo da família, escola, igreja, polícia, das instituições partidárias, bem como das instituições organizacionais da sociedade a exemplo das associações de moradores.

Para vários autores, a participação política é essencial para a consolidação de um Estado democrático. É de fundamental importância o/a cidadão/ã tomar parte nas decisões políticas, sociais e econômicas, como também pensar e criar mecanismos de renovação da democracia representativa e participativa, tendo, a sociedade civil, o desafio de estar na definição e no controle das políticas públicas.

Nesse aspecto, Helena Abramo aponta que, para o universo juvenil, a participação política é tema de preocupação e debate em toda a América Latina, e, nesses debates, há pelo menos duas questões que tratam das possibilidades e alternativas de desenvolvimento integral dos/das jovens e do aspecto democrático da sociedade:

- Percepção da importância da participação juvenil - perspectiva de seu incremento.
- Visão negativa a respeito da participação existente - dificuldades de concretizar canais efetivos para sua realização. Ou seja, há uma dificuldade de estabelecer relações entre os atores e as instituições sociais que dominam a cena política governamental e não-governamental e entre os atores juvenis (grupos, organizações, movimentos) ainda pouco visíveis e compreendidos como interlocutores válidos para lidar com as questões concernentes a eles.

Para essas e outras questões colocadas, é importante estarmos atentos/as à relevância das novas formas de participação dos/das jovens e da expressão de suas demandas, como também os jeitos e as formas de organizações e de mobilização juvenil hoje. Pois o que está em jogo não é fazer a comparação com a juventude em décadas anteriores e sua militância e expressão política.

Esta questão da participação política foi muito presente em nossas preocupações no âmbito do projeto. As jovens participantes em sua maioria, não estavam vinculadas a nenhum grupo social organizado, embora muitas delas fossem indicadas inicialmente por organizações locais em seus bairros com prioridades aos movimentos de mulheres. No decorrer do projeto, quando da formação dos novos grupos, a indicação era por parte das próprias jovens que já tinham passado pela experiência.

A pesquisa do Fórum de Juventudes na Região Metropolitana do Recife, que entrevistou 3.501 jovens, tinha um foco voltado para jovens participantes/vinculados a grupos organizados, e, nos resultados da pesquisa, foi apontado que o fato de estarem organizados/as em grupos está relacionado à intensa sociabilidade que se articula com as mais diversas formas/modalidades de atividades (cultura, lazer, bairros, etc.) em que expressavam: o gosto de estarem juntos, que é, ao mesmo tempo, para os/as jovens uma valorização de suas

ações, independentemente de qualquer atividade prática desenvolvida, o que parece andar na contramão do intenso processo de individualização.

O interessante em dialogar sobre essa questão é que esses/as jovens participantes de grupos:

- Em sua maioria, desenvolvem atividades culturais, e o encanto pela cultura não significa alienação ou desinteresse pelos destinos da sociedade.
- Fazem críticas aos mecanismos tradicionais e de práticas autoritárias nas associações de moradores, nos partidos políticos e à falta de espaço para a fala dos/das jovens.
- Estimulam a participação dos/das jovens em ações voltadas para alternativas e mecanismos locais para mudar a realidade de carências em seu bairro (falta de serviços essenciais, de espaço de lazer e para a organização juvenil).

As participantes no projeto, na maioria não estavam vinculadas a grupos organizados, entretanto, expressavam seu desejo de mudança e participação à medida que, ao conhecerem e se depararem com as condições reais de seu cotidiano, defrontavam-se com a ausência de direitos e relações de dominação. Ou seja, a relação do convívio cotidiano com a da falta de emprego, as situações de violência, entre outras, mas também com outras dimensões da vida, da luta pela conquista dos desejos, dos sonhos e das oportunidades para essas jovens podem ser elementos de motivação para criar alternativas de participação social. Também cabe registrar as dificuldades específicas para esse aspecto da participação: as poucas oportunidades para as jovens ou a falta de conhecimentos das formas e práticas de participação ou ainda as dificuldades sociais e econômicas com que vivem a maioria destas, e em especial para as jovens mães que tinham que deixar os filhos ou enfrentar as cobranças por parte da família para participar da ação política: horários de chegada, com quem sai, etc. Estas cobranças para os homens, não se dá na mesma proporção.

No entanto, o que está em questão não é o tamanho da dedicação ou da militância política. Mas as possibilidades de os/as jovens, enquanto sujeitos

socais, poderem exercer sua participação política, com seu jeito, suas formas e seus métodos de construir ou reconstruir sua própria história.

Não se encerra aqui o desafio de descrever ou provocar questões que foram apontadas neste texto com diferentes motes que tratam desde a tentativa de construir um perfil das jovens participantes do projeto ao diálogo com as questões de vivência de seu cotidiano nas relações ou condições de vida, seja nas precárias condições de trabalho ou na falta deste, seja nas situações de violência que algumas delas enfrentaram. Por isso, tivemos a oportunidade de ajudá-las, não afirmando o lugar de submissão e de vítimas, mas de sujeitos políticos capazes de construir possibilidades de sua ação enquanto cidadãs ou do exercício de sua autonomia, quando, por exemplo, aproximamos contatos, fazendo-as compreenderem que a busca por serviços de proteção e assistência às mulheres vítimas de violência é, além de responsabilidade política do Estado, um direito que lhes cabe, além de ser uma forma prática de exigir a execução das políticas públicas de segurança e de condições de vida para as mulheres.

Na metodologia do projeto, foram possibilitados momentos de passeios em diversos pontos geopolíticos da cidade, mostrando as contradições sociais entre os bairros pobres e ricos; ou dos pontos turísticos enquanto oportunidades (em alguns casos, era a primeira vez que elas conheciam o Alto da Sé, em Olinda, ou o Recife Antigo); ou mesmo, quando essas jovens estavam nas ruas, no mercado público, fazendo as fotos ou “retratando” imagens do seu imaginário social ou das outras pessoas; ou ainda dos cursos de escrita, entre outros, que foram realizados durante o projeto como forma de exercitar o gosto pela leitura e escrita bem como a ampliação dos olhares a partir da própria realidade social que essas jovens viviam.

Foram, sem sombra de dúvidas, métodos que possibilitaram fortalecer a convivência em grupos, retomar ou provocar, na vida dessas jovens, o gosto também pelo aspecto da participação social, na medida em que tomavam iniciativas de participar de grupos ou organizações sociais em suas comunidades ou criar grupos de reflexões a partir dos diversos temas que estudaram na experiência do projeto com outros/as jovens nas escolas ou nas comunidades.

Essa dimensão da participação política também ficou muito evidente quando, hoje, na Região Metropolitana do Recife (RMR), existe uma articulação, o Coletivo das Jovens Feministas, onde uma parte destas foi participante do projeto.

Para nós, esses aprendizados, somados à ousadia de várias delas terem construído os textos temáticos (aqui colocados neste produto de sistematização), têm um significado não somente da exposição da escrita pronta, mas, sobretudo, da expressão da elaboração dos seus conhecimentos adquiridos, principalmente em temas polêmicos como o aborto, a questão da violência, a pobreza, entre outros. Mas, também neste próprio exercício de elaboração, a afirmação de identidades e, para ilustrar esse pensamento, concluiria com a frase de uma das jovens do projeto: “Ser jovem não é sinônimo de ser irresponsável, ser pobre não é sinônimo de ser incapaz, e ser mulher não é sinônimo de fragilidade”. Que estas, entre outras afirmações da própria juventude, sejam ânimo para expressões de sentimentos e de vontade política para reafirmar o seu jeito e o seu modo de ver e transformar o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. *Jovens e Juventude: Contribuições – Participação e Organizações juvenis*. Recife, mar. 2004.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jan., 2005. 447 p.

ÁVILA, Maria Betânia. *Tempo, Trabalho e Cotidiano*: questões para a democracia. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica(orgs.). *Mulher e trabalho*. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005. p. 67-81.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas* - Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo, Florianópolis: UFSC, v. 10, n. 1, 2002. p. 210.

Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas – Relatório final. Rio de Janeiro/São Paulo: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, nov. 2005. 108 p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega et al. *Juventude é atitude! Qual é a sua?* - Pesquisa: Organizações e Grupos Juvenis no Recife. Recife: Fórum das Juventudes Recife/PE, 2003. 36p.





Me entendi mais que as mulheres, quem do um-
bras e dispostas a fazer algo, tem a capac-
idade de realizar qualquer coisa.
Estam mais dispostas pra tudo, a mudar pen-
samento e as mulheres, quem nos tornam im-
plicativo para reconhecer seus direitos, tanto da
sociedade quanto nos seus lares.



DEPOIMENTOS

FOI UMA ATITUDE FEMINISTA

Jovem 1, 26 anos.

Eu me lembro da minha infância de fatos que me marcaram. Eu sempre fui muito curiosa e a gente morou numa casa que tinha um muro na frente e tudo o que acontecia na rua eu ficava lá no muro vendo. Aí meu pai sempre dizia: “Ah! Ela vai ser repórter.” Se acontecesse um acidente, um assalto, qualquer coisa, eu estava vendo, até um enterro que passasse, eu estava lá e corria pra contar.

Durante um bom tempo meu pai trabalhava muito e a gente quase não via ele, quando ele chegava a gente já estava dormindo, saía muito cedo... passou um bom tempo no período da infância da gente assim.

Tenho duas irmãs e um irmão. O tratamento por parte da minha mãe sempre foi igual com todos, mas o meu pai, ele sempre tinha uma preferência pela minha irmã. Ele nunca escondeu isso da gente, desde criança. Ela sempre seguiu à risca o que ele queria, sempre fazia tudo o que ele queria direitinho, até hoje é assim.

Até os treze anos, eu não tinha nenhum tipo de problemas com os meus pais, mas a partir daí... eu estava me descobrindo na adolescência, eu queria fazer tudo o que viesse na cabeça e eles proibiam muito... Teve uma época que eu queria fazer teatro na escola e ele não permitia; eu queria jogar futebol, no grupo de futebol das meninas da escola, e ele não permitia, então comecei a fugir de casa e ia fazer as coisas. Depois

que eu fugia, eu não tinha coragem de voltar, aí todo mundo ia atrás. Eu ia pra rua, ia jogar bola, ou então ia pro vídeo game, depois eu ia namorar.

Com quatorze anos eu decidi: “Eu não vou mais namorar escondido não, vou levar pra casa.” aí foi uma polêmica. Eles diziam: “Não! Porque você é muito nova, e não sei que...” E eu disse: “Se não deixar namorar em casa, eu vou namorar escondido de qualquer jeito”, aí a pressão foi maior, não é? E aí começaram as cobranças, me vigiavam, queriam saber se eu já tinha perdido a virgindade... todo um processo. Foi muito difícil. Pelo fato de eu continuar fugindo, as desconfianças aumentaram.

Eu acho que o que mais me marcou foi eles terem me colocado pra fora de casa, achando que eu já tinha perdido a virgindade, coisa que não tinha acontecido ainda. Isso marcou muito. E, em seguida, foi terem forçado eu me casar, por causa disso. Eu tinha quinze anos. Foi muito complicado. Se eu tivesse grávida aí seria um motivo, porque meu pai tinha uma cabeça muito atrasada. Ele teve uma educação muito arcaica, e acha que “perdeu a virgindade tem que casar e viver o resto da vida”. Eu não queria, mas ele me colocou nessa situação e eu não tive como sair.

Nisso se passaram dez anos sem poder sair do relacionamento, porque não tinha como. Eu tive filhos, cheguei a ser espancada... Agora é totalmente diferente... porque eu já passei por um processo que me ajudou a sair disso.

Eu moro atrás da casa dos meus pais, e a educação dos meus filhos é assim, eu digo uma coisa, meus pais dizem outra e complica, e o menino já não obedece, a voz ativa é do meu pai, eles obedecem mais a meu pai do que a mim. E o fato deles verem meu pai também brigando, dizendo que eu estou errada, aí é que eles não obedecem... isso atrapalha bastante o nosso relacionamento...

O pai dos meninos manda as despesas deles, e eu me viro como eu posso, vendendo roupa em prestações, e meu pai ajuda um bocado.

Eu sinto muito medo ainda de me envolver com outra pessoa.

Eu faço parte da instituição Atos de Cidadania, então eu estou sempre correndo atrás de alguma coisa... a gente trabalha com prevenção e gênero. É muito bom. O problema lá em casa é complicado porque, os meus pais, eles não aceitam eu fazer parte de um movimento social. Eles acham que eu tenho que ganhar dinheiro, me sustentar, e não ficar correndo atrás de movimento social, eles não concordam. Toda vez que eu saio é um problema.

A partir do momento que eu entrei no movimento social e que eu comecei a fazer parte desse Projeto foi uma mudança radical mesmo. Principalmente pro meu fortalecimento enquanto mulher. Tanto é que eu consegui sair de um relacionamento de dez anos sofrendo violência psicológica, física... e não tive nenhuma recaída em momento algum, coisa que não acontecia antes, sempre que separava, a condição financeira contava muito e eu tinha que voltar porque não... sei lá!... eu pensava nos filhos, eu pensava como seria... tinha medo de enfrentar a vida... É difícil. Mas eu consegui.

Eu mudei o meu modo de pensar. Antes eu achava que eu não tinha como sair desse casamento; eu não tinha como sair dessa violência... Queria! Queria muito, mas eu achava que não tinha como. E a partir do momento que eu fui conhecendo os direitos, os espaços que a mulher pode está indo buscar ajuda, aí eu comecei a pensar diferente, “eu posso e eu vou tentar”, aí foi bastante produtivo na minha vida.

Eu me sinto muito bem, me sinto feliz porque consegui crescer. Às vezes eu escuto as pessoas dizerem assim: “Ah! É muito fácil falar.” mas, só quem sabe é quem passa, não é? As pessoas dizem assim: “Ah! É muito fácil sair de uma situação...” mas se a gente não tem um apoio... eu sei que é difícil até porque eu passei dez anos, não dez dias, e eu consegui, eu acho que quando a gente tem força de vontade, quando a gente quer, a gente consegue.

Quando eu era criança, até adolescente, eu tinha muita vontade de fazer teatro, mas os meus pais não permitiam, pelo fato de eu ser

mulher e ter que sair de casa. Meu irmão, ele podia tudo... eu não podia nada...Ah! um dia eu estava com raiva porque ele não deixava, eu cortei o meu cabelo que era enorme e era uma coisa que meu pai adorava, dizia: “Você não corte o cabelo nunca”, então eu fui, cortei os cabelos, depois eu levei pra ele, disse: “Tome os seus cabelos!” então eu acho que isso foi uma atitude feminista, mas eu nem sabia o que era isso ainda.

Eu estou como a vice coordenadora do núcleo jovem lá. E eu estou adorando, a gente fez o planejamento... não penso em sair do movimento social, eu não me vejo fora do movimento de mulheres, eu não consigo mais. E eu quero passar tudo que eu aprendi pra outras meninas jovens, pra outras mulheres.

EU DECIDI SAIR DESSA!

Jovem 2, 26 anos.

Minha infância não foi muito boa não. Minha mãe trabalhava e me deixava trancada com meu irmão dentro de casa. Eu tinha dois anos e meu irmão três...

Meu irmão de três anos tomava conta de mim e eu dele... até sete, oito anos...

Conheci meu pai quando eu já estava com uns doze anos de idade. A gente estava dentro de casa, ele apareceu lá e aí minha mãe disse: “Olha aí... entra!”, ele entrou e ela disse: “Esse é teu pai.” Pra mim não era ninguém! Não tinha aquele sentimento de pai... Era uma pessoa qualquer que chegou.

A vida inteira minha mãe trabalhava em casa de família pra sustentar nós dois: eu e meu irmão. Eu tenho outra irmã, mas ela foi criada com a minha avó...

Eu estudei até a quinta série. Parei com uns quatorze anos porque eu comecei a namorar. Antes do namoro, oxe, a rua inteira dizia que eu era ‘sapatona’...

Minha adolescência foi boa, porque a gente quando é adolescente faz o que a gente quer, não é? Pinta e borda.

Foi quando eu conheci um rapaz e gamei de vez! Eu me apaixonei tanto que parecia um grude no homem... ele não gostava não. Parecia carrapato eu e ele. Ele ia pra um canto, eu ia atrás, ia pra outro, eu ia atrás, eu não dormia, eu só dormia se o homem tivesse comigo, se ele

não tivesse eu não dormia. Minha mãe não deixava ele dormir dentro de casa não, ele dormia do lado de fora, ao lado da casa, a gente forrava um tapete, colocava um colchão e ficava lá. Namorei um bocado de tempo com ele, aí quando chegou um tempo ele começou a fazer umas coisas lá e a turma queria pegar ele, aí a mãe dele botou ele pra um lugar bem longe e separou a gente. Eu chorava tanto que quase que eu morria ou endoidecia!

Depois quando eu já estava com dezesseis pra dezessete anos conheci outro rapaz. Ele tinha vinte e dois anos. Eu aprendi com ele a fumar. dá um ‘peguinha’, eu gostava dele e tinha muitas colegas minhas também que já tinham pegado... Ele era traficante, eu fumava, a gente fumava, passava o dia todinho dentro de um barraco lá fumando, aí ele ia e comprava coisas, a gente comia, às vezes eu ia pra casa, comia em casa. Eu ia pra casa da mãe dele, comia, e depois voltava, era assim...

Às vezes a gente tinha medo da polícia ‘bater’. A gente ficava em casa e depois a gente ia dormir cada vez num canto diferente... Entendeu?

Depois ele foi embora e eu conheci um rapaz, fiquei grávida, minha mãe foi embora pra São Paulo, eu fiquei morando com ele. Quando estava com cinco meses de gravidez, ele começou a botar a unha de fora... começou a dar em mim, me fez passar por cima dos cacos, foi assim o tempo todo.

Aí todo mundo dizia pra mim: “Não deixa não porque ele é teu marido, é pai de teu menino, tua mãe não tem condições de te sustentar”. Minha mãe nem aposentada era. E eu fui ficando. Depois eu engravidei da menina, mas eu nem sabia. Quando eu vim me dar conta já estava com quatro meses de gestação. Eu não queria... eu já não sentia nada por ele. Fiquei aperreada, mas mesmo assim minha mãe disse: “Tira não! Tira não!” aí eu fiquei, não é? Fiquei, mas misericórdia, foi um horror!

Mas o tempo passou e eu não estava aguentando mais. Pedia pra ele ir embora pra casa da mãe dele, que não dava mais pra gente viver não, mas ele não ia.

Não foi fácil, mas eu tive que fazer porque eu não agüentava mais, eu não agüentava mais, estava tão humilhada... Quando foi um dia uma colega minha me chamou pra sair, quando eu entrei em casa, me arrumei, quando ia sair ele deu um murro tão grande na minha boca que a minha língua estourou no meio, ficou aquele buraco... Eu fui na delegacia e disse que queria prestar uma queixa, aí o comissário olhou pra mim e perguntou quem tinha feito aquilo, eu respondi que tinha sido meu marido, aí ele disse: “Minha filha! Você tem quantos filhos com ele?”, eu disse: “Tenho dois”, aí ele: “Você vai querer botar o pai dos seus dois filhos no xadrez, é? Pense direitinho o que é que você quer...” eu disse: “Não! Eu quero prestar queixa! Olhe o que ele fez em mim, ele tirou sangue de mim”, e o comissário: “Mas é seu marido...vá pra casa, esfrie a cabeça, depois vocês fazem as pazes, ele é pai dos seus filhos, se você bota ele no xadrez quem vai dar de comer aos seus filhos?” Aí eu olhei e pensei que não ia adiantar de nada. Fui embora pra casa e comecei a tratar o machucado e só chorava. Não fui pro médico porque fiquei com vergonha. Um mês depois ele apareceu, pediu perdão, mas eu mandei ele sair de casa! E ele disse: “Enquanto eu tiver vida eu não deixo tu em paz!”

Aí é que foi difícil. Quando eu chegava em casa ele estava embaixo da cama, embaixo da mesa... Aí eu comecei a me envolver com quem não prestava pra vê se ele tinha medo. De dia eu ficava em casa por causa da menina, de noite eu botava a menina pra dormir, deixava só dentro de casa e ia pra rua, bebia, me drogava, ficava bêbada, quando era cinco horas da manhã eu voltava, a menina estava dormindo. Eu deitava na cama e deixava ela chorando lá. Eu dava biscoito pra ela e deixava ela lá. Ela tinha uns três anos, aí ela se virava. Comecei a cheirar cola...Nessa época eu tinha uns vinte e dois anos.

Eu fiquei vivendo assim até quando eu conheci o pai da minha filha mais nova. No Presídio. Com o tempo, vi que não dava mais pra viver com a menina assim, daí entreguei pra o pai tomar conta. Usei várias drogas: rupinol, diazepam, colírio, menos a coca porque fiquei com medo, uma amiga minha cheirou e desmaiou. Onde a gente estava, na

corja, todo mundo usava, então eu usava também... Tinha tudo: ladrão, matador, traficante, rapariga... Roubavam carro, seqüestrava... Eu ficava na corja, mais eu não fazia nada, eu e as negas de dois deles. Eu tinha um também. Eu não participava de roubar nem nada, eu ficava no meio. Guardava arma dentro de casa, às vez levava pra os cantos ...

Aí quando chegou um tempo, eu comecei a pensar. Na época eu gostava, eu me sentia... Sei lá!... tinha medo de mim... às vezes eu não fazia nada, às vezes só porque eu andava de corja tinha gente que tinha medo de mim! Então eu ficava gostando, não é? Mas depois quando o bicho pegou mesmo... quando começaram a pegar a quadrilha.

Eu andava com eles porque eu tinha um cara, então gostava de ficar no meio. A maioria das negas deles também estavam no meio, a gente ficava junto. Às vezes tinha uma casa, onde as negas todas ficavam e eles iam fazer os bagulhos deles... aí já tinha o ponto deles irem... a gente mesma não fazia, mas a gente participava. Tanto que teve uma pessoa de lá que caguetou a gente, disse que a gente era a quadrilha das mulheres. Deram os nomes de todo mundo, aí eu fiquei com medo. Foi na época que eu corri pra um lugar, fui me esconder da polícia... Tinham prendido um cara, e o cara deve ter falado alguma coisa. Foram lá em casa, reviraram tudo... fiquei procurada pela polícia.

Quando eu vi que o meu sossego foi tirado, eu não dormia, eu ficava acordada, depois de um tempo eu tive que voltar pra casa, aí fiquei com medo, batiam na porta, eu ficava com medo. Na semana que eu voltei prenderam alguns e prenderam as meninas também. A polícia baixou o cacete, deram tanto, deram tanto... só não morreram porque teve família que botou advogado seu pra correr atrás, porque se não, estavam todos mortos.

Um dia meu cunhado foi lá me chamar e disse: “Desaparece! Olha, a polícia está aí!”. Eu corri, de madrugada, pelo mundo... Aí depois eu olhei assim e pensei: “Sabe de uma coisa... eu vou me sair dessa!” Eu não quero mais estar perto de ladrão não. Eu comecei a sair, me afastei de tudo. Foi quando eu conheci outras pessoas... Passei a andar com

matador e garota de programa. Eu andava mesmo, não queria nem saber... e comecei a namorar com um também. Eu ainda estava com ele quando conheci o pai da minha filha na cadeia, e fiquei com os dois. Fiquei com o pai dela na cadeia, e com outro na rua, os dois, um aqui, um ali. Ia pra pernoite na cadeia. O outro me dava as coisas que eu precisava, mas ele não ia na minha casa, a gente ficava na rua.

Conheci o pai dela preso... eu chegava lá muito doidona, bêbeda, ele dizia: “Mas rapaz, que é isso? Faz isso não. Que coisa feia! Isso é feio! Tu cheia de cola, uma mulher dessa, velha, com a cara cheia de cola, não tem vergonha na cara! Se for assim não dá não.” Eu sofria muito com o outro, eu não tinha amor por homem nenhum. Tanto fazia eu está aqui curtindo com um, como daqui a pouco eu me virar e ficar com o outro. Quando foi um dia aconteceu: peguei um bucho dele. Aí comecei a tomar tudo no mundo pra tirar, eu não queria não, eu chorava de ódio! Chorava de raiva...eu peguei um pedaço de pau de bambu bem grande e enfiei lá dentro mesmo pra tirar... e nada! Tomei remédio e nada! Eu ficava com medo. Eu não tinha ninguém, eu não queria nada com ninguém. Eu engravidar de um homem preso! Eu comecei a ficar aperreada, aperreada, aperreada... aí mainha disse: “Deixe vir, deixe vir porque de fome não vai morrer, você vai tirar e vai ser pior, deixe vir.”

Aí foi quando o pai dela disse: “Rapaz! Para de cheirar cola, vai fazer mal a pirralha”. Eu ficava pensando assim: “Eu vou parar, eu vou me aquietar porque...” Os outros dizia: “Se tu te drogar a criança vai sair dependente”. eu estava grávida dele, aí eu comecei a ir pra cadeia, e eu sofri tanto...que horror!... chega dava dor na alma. Sofri!...

Hoje eu não vivo com ele, nem com meus filhos... meus dois filhos ainda vivem com o outro pai, mas hoje em dia eu vivo bem, pra vista de muitas garotas.

Ele não tem emprego, ele trabalha assim, bico aqui, bico ali, mas é muita diferença do que era antes, muita diferença. Eu lavo roupa.

Em casa eu lavo prato quando eu quero, quando eu não quero ele lava. É. Eu não faço nada, ele faz tudo. Ele é bom, ele me compreende.

Se tem dinheiro e eu pedir ele não nega, diferente do outro que eu tinha. Hoje somos evangélicos, eu e ele.

Teve uma mudança em mim, de tanto eu viver assim com o meu ex-marido, apanhando, às vezes quando acontecia uma coisa eu descontava nos meninos, eu dava neles....Hoje em dia eu não bato mais, as pessoas até dizem que eu babo de mais as meninas, mas acho que é pela convivência dentro de casa que melhorou muito. Isso foi uma grande mudança, em mim mudou muito.

A maioria das pessoas onde eu moro me via como um bicho. Todo mundo me criticava. Hoje em dia, por eu viver com ele dentro de casa, eu me vejo assim como uma mulher, como uma dona de casa que as pessoas me respeitam. Sou uma mulher, sou casada, vivo dentro de casa, não é? Eu mudei, acho que minha vida mudou... mesmo que um dia a gente se separe. Eu gosto mais assim do jeito que eu sou agora, eu estou achando muito bom, ser respeitada assim, eu acho bom.

Hoje eu sei que não é obrigado porque o homem dá comida, uma roupa, o homem falar mais alto e a mulher ficar calada. No meu ver eu acho que a mulher tem que fazer a mesma coisa, tem que ter direito... eu acho que tem que ter direito igual. Eu digo pra ele: “você faz, eu também faço”, ele olha assim... Eu aprendi que a gente tem que saber falar com as pessoas. Antigamente as pessoas vinham falar comigo com ignorância, eu rebatia com ignorância, hoje em dia não, eu aprendi a escutar mais, entender, saber aquilo do que é que se trata, pra depois chegar a uma conclusão... eu aprendi muitas outras coisas também.

BOTEI A CABEÇA PRA PENSAR

Jovem 3, 20 anos.

Nasci no Recife, mas eu não lembro muito da minha infância, como era quando eu era pequena, mas assim... A minha infância foi muito doente. Sempre vivi internada, com cansaço. Minha infância todinha foi assim, doente. A minha mãe corria muito comigo. Vivia sempre internada, passava meses internada...

A vida do meu pai e minha mãe era assim: de vez em quando discussão, discutiam muito, eu presenciava tudo. Nós somos cinco irmãos, nós presenciávamos muita discussão, briga e esse negócio de meu pai ter outra mulher, e minha mãe ia muito atrás dessa mulher. Mas, de um tempo pra cá, ele parou mais.

Tenho cinco irmãos, só que uma se foi, tiraram a vida dela. Meu irmão, por ser o homem da casa era mais mimado do que a gente, não é? Meu pai gostava mais dele. Gostava da gente tudinho, mais não era assim por igual, não é? Ele era o homem da casa... Só mainha mesmo que gostava mais da gente.

Ele ficava mais na rua do que a gente. Painho dizia que mainha tinha que ter muito cuidado com a gente.

Eu estudava, mas eu faltava muito e bagunçava também e por isso vivia sendo expulsa direto da escola... Eu gostava de pular corda, de bambolê, gostava de elástico, um bocado de brincadeira.

A minha adolescência foi só aventura. A minha aventura era sair, chegar no outro dia, quando chegava apanhava... Eu estava na faixa de uns quinze anos, quando eu comecei isso. Ia ficar com os meninos lá. Ia namorar, brincar com um menino lá. Ia pra vários cantos.

Pra cinema, essas coisas, a gente nunca foi. Eu encontrei uma oportunidade de ir a cinema... eu só fui ao cinema porque foi pelo projeto, por aqui. Naquele tempo eu ia só me envolvendo com certos tipos de pessoas... mas agora a gente até já se afastou. O que me marcou mais foi a morte da minha irmã.

Engravidei com dezesseis anos, tive com dezessete, o pai assumiu por uns dias, um ano, na faixa de dois anos ele ainda dava as coisas ao menino, mas naquela desconfiança... Ele não gostava muito de mim, ele não quis mais, ele me deixou, quer dizer, eu deixei ele.

Eu moro dentro da casa dos meus pais ainda, eu queria ter uma casa pra mim.

De vez em quando, aparece alguma coisa pra ganhar um troco, e eu faço. Assim, cuidar de menino, vender alguma coisa na cidade. Quem mantém a casa é meu pai.

A vida mudou porque antes a gente só vivia envolvida com esse negócio... agora a gente parou mais, botou a cabeça pra pensar um pouco, porque tem meu filho... quando a gente tem filhos a gente tem que pensar neles agora, só neles. Só tem a gente por eles mesmo.

A gente só vivia no meio de roubo... esse negócio assim. Era um tipo de aventura que a gente vivia. Quando eu engravidei e tive meu filho foi que eu mudei mais. Mas se não, a gente já estava morta, ou...

Eu pensava assim, que o homem tinha mais dinheiro do que a mulher e agora eu creio que a gente vive de direito igual, quase assim... o direito que está aí, não é?

A gente que é mulher tem que conversar. Eu mesmo não tive essa conversa que mãe e filha tem. Lá em casa a gente nunca conversou sobre essas coisas que a gente fala aqui, nunca conversou sobre isso não. Minha mãe está sempre trabalhando. Minha irmã também se casou e foi embora. Só está dentro de casa eu e minha irmã de doze anos. Meu irmão vivia pela rua também, meu pai vivia mais com as outras, com as mulheres dele. Aqui foi que eu tive noção de alguma coisa.

Meu futuro... eu penso o quê? Em arrumar um marido, que me assuma assim com meu filho, que ele goste de mim e eu goste dele. E que ele goste do meu filho também. Porque se ele não gostar de meu filho eu não gosto dele. Tem que gostar primeiro do meu filho, depois...

HOJE EU MORO NA MINHA CASA

Jovem 4, 24 anos.

Meus pais são os que me criaram, porque na verdade, na verdade mesmo, eu não sei quem foi meu pai, nem quem foi minha mãe. Minha mãe é essa mãe que me criou, carinho de mãe eu tive dela. Às vezes eu penso que eu queria saber como é minha mãe, se ela teve mais filho, se eu tenho mais irmãos, eu não sei.

Fui criada com meu irmão que é mais velho do que eu, filho da mãe que me criou. A gente sempre teve aquelas discussõezinhas, porque ele tinha mais ciúme de minha mãe. Não senti diferença não, com ela não. Só que ele era mais... ela queria guardar as coisas dele mais arrumadas, esses negócios... comigo não, mamãe sempre foi rígida, eu fui mais criada na igreja, minha juventude foi mais na igreja. Aí a partir dos doze pra treze anos eu me soltei mais um pouco, já era adolescente.

Eu estava com quinze anos quando minha mãe faleceu. Aí um mês depois meu pai faleceu também. Aí pronto... eu saí da igreja, minha vida passou por uma fase mais difícil, fui morar com meu irmão, meu irmão se casou, aí pronto... Minha vida virou um inferno! Se eu saísse, meu irmão ficava falando, aí pronto, eu endoidei logo o 'cocão' de vez... eu comecei a sair, beber, me divertir, namorar, passar a noite fora, quando chegava em casa no outro dia era uma conversa no pé do meu juízo falando: "Não! Porque não sei que..."

Aí eu engravidei... pra mim só tem meu filho mesmo. Não tem outro jeito. Pra mim foi meu filho mesmo, somente. Eu engravidei com vinte anos e com vinte e um ele nasceu. Agora ele está com quatro anos. Espero nem tão cedo pegar outro...

Coisa boa na minha vida mesmo só alguns momentos, só, quando eu andava com o pai dele mesmo. Coisa ruim foi depois que eu deixei o pai dele, porque o pai dele fez o que fez, não assumiu ele nem nada... Ele foi preso, eu fui lá falar com ele pra ver se ele registrava o menino que estava com dois meses, e nada de registrar. Ele completou sete meses, e até sete meses ele não tinha registrado ainda. Aí eu peguei e registrei o menino, aí levei lá o documento dele, mostrei na cara dele que eu era mãe suficiente pra registrar meu filho, e que ele nasceu nu e até hoje está vestido. Nem um pacote de fralda, sem mentira nenhuma, ele nunca deu. Aí ele quis rasgar o registro do menino, porque disse que isso foi errado... Faz quatro anos que ele está preso, eu só levei o meu filho pra ele ver duas ou três vezes, somente, até hoje. Ele já está perto de sair...

Eu não me arrependo não, porque ele tinha uma vida boa, ele trabalhava bem, tinha um emprego, recebia muito bem, mas o olho grande de ver as pessoas ganharem dinheiro fácil, tirar dos outros, porque dinheiro que se tira dos outros é amaldiçoado. Ele quis! A vida dele foi essa, a escolha dele foi essa! Está onde está por que? Por causa do olho grande! Nem estou com raiva dele, nem tenho ódio dele não, espero que quando ele sair dali crie juízo. Se quiser reconhecer o filho, reconheça, se não quiser...

Hoje eu estou estudando no curso do Pró-Jovem, aquele que dá aquela quantia de dinheiro pra agente que estuda. O dinheiro que eu recebi do meu pai deu pra terminar a casa, comprar algumas coisas, e pronto, acabou-se. Mas hoje eu moro na minha casa, só. Moro com meu filho e meus três sobrinhos. Meu irmão é quem compra a alimentação e faz as compra da casa. Eu vivo bem, graças a Deus! Meu irmão na casa dele e eu na minha, sem apanheio, sem nada.

A minha relação com meu filho é muito boa. Tem hora que eu me aperreio com ele, mas quando eu estou só, é ele quem está comigo. Agora ele já está numa escola. Por mim eu continuava minha vida só com ele. Agora espero, se um dia aparecer uma pessoa pra ficar comigo, que ele assuma meu filho. Depois de eu ver se dá certo, pra não quebrar a cara de novo.

Em 2005 foi um aperreio danado, brigando com meu irmão direto, eu já estava pensando em ir embora, deixar, largar tudo! Depois olhei assim, tem meu filho. Tenho que pensar nele. Tudo o que eu faço agora, primeiramente tenho que pensar no meu filho, porque eu agüento passar o que for na rua, onde for, trabalhar, mas onde é que vou deixar meu filho, porque agora minha família só é ele, só meu filho e eu.

Hoje em dia tem tanta mulher que tem seu canto de trabalho, tem seu direito de falar... Porque, primeiramente, era só os homens que falavam, as mulheres só faziam baixar a cabeça, mesmo dentro de casa, as mulheres serviam só pra limpar fogão, fazer comida. Hoje a mulher pode trabalhar, ter seu próprio dinheiro... Eu vejo isso e fico com disposição pra batalhar.

Logo no começo eu tinha um pouco de preconceito com as pessoas, mas preconceito de cor não, preconceito assim, eu achava ridículo você ver homem com homem, mulher com mulher... Agora não, eu já tenho amizade com homossexual convicto, eu acho isso normal, cada um tem que viver sua vida... Uma coisa que eu aprendi foi me dar bem com as pessoas, tentar entender quando a pessoa está falando, e também respeitar os sentimentos das pessoas. Antigamente eu não respeitava, eu era muito estourada, ainda sou, né? Mas de uns tempos pra cá eu fui aprendendo mais a me dar bem com as pessoas.

Apareceu agora um senhor, que foi lá pra ver se começa um curso na comunidade, curso de alimentação, eletrodoméstico, esses negócios pra pessoa aprender a usar. Disse ele que ia fazer isso, que ia conversar isso aí, ia agilizar... Agora que venha, né? Porque até hoje a gente espera, curso de costura, de cabeleireiro. Teve gente que prometeu mas

até agora não apareceu. E tem muita jovem sem saber o que fazer pra ganhar a vida. Hoje em dia na comunidade pra arrumar um emprego está muito difícil, até pra fazer faxina está difícil mesmo.

Faço tanta coisa na minha vida. Eu sou feminista em tudo que acontece na minha vida. Porque eu não tenho medo dessas coisas, antigamente eu tinha medo de sair, de andar com outras pessoas, hoje em dia não, eu meto a cara.

Eu penso em dar uma vida melhor pra meu filho. Penso em trabalhar... trabalhar, ou então arrumar uma pessoa, um companheiro, né? Mas assim, que trabalhe e que eu também trabalhe. Pra gente ter uma vida boa, coisa que eu nunca tive na minha vida, na minha infância. Meu pensamento é esse: ter minha casa, ter o quarto do meu filho, só as coisas dele, só pra ele. Não quero que o meu filho puxe ao pai dele, nem tampouco a mim, né? Porque minha vida não foi um mar de rosa, não. Tive meus erros, muito erro na minha vida, eu tive.

Quero botar um ponto final nesse negócio na minha vida. Quatro anos se passaram desde que aconteceu aquilo na minha vida e toda vez que chega a data eu lembro... Não gosto nem de lembrar!... Mas marcou muito minha vida. Não só a mim, como as das pessoas que estavam comigo.

Tem muita gente que queria está no lugar da gente pra aprender o que a gente aprendeu, pra entender o que é ser feminista. Foi uma oportunidade que a gente teve por tudo, pelo curso... Hoje em dia a gente pode passar pra outras pessoas na comunidade, explicar coisas de mulher que elas não sabiam, e a gente passou pra elas e espero que um dia outras mulheres que precisam tenham a mesma oportunidade.



Ser uma jovem x-
 nel nunca me deu for-
 ca, para brigar con-
 trari-me m. Pois an-
 tes eu desistia de lu-
 do antes mesmo de
 brigar, mas agora
 eu estou disposta lu-
 tar contra tudo e
 todos para manter

esse sentimento
 de lutar que estar
 vivo dentro de mim.

Tenho certeza que a-
 parte de hojeerei
 uma pessoa muito
 mais consciente, prin-
 cipalmente madura,
 para ajudar outras
 pessoas no amanhã
 com o meu coração





CAMINHOS

DESEMPREGO PREOCUPA AS JOVENS

Ilka Guedes e Ana Carla da Paz

Nos últimos anos passamos por crises econômicas, políticas e por mudanças tecnológicas que refletiram diretamente no mundo do trabalho e o fez passar por sérias modificações. A principal delas é o aumento do desemprego que foi determinado principalmente pelo baixo crescimento econômico, pela educação de má qualidade e atraso na legislação tributária e trabalhista. As mulheres sempre foram as mais prejudicadas nas relações sociais e também sofrem com as desigualdades de gênero que aparecem no mundo do trabalho. As relações de gênero prejudicam as mulheres em todos os aspectos, mas no trabalho elas são bem fortes e trazem mais prejuízos, aumentando as diferenças na divisão do trabalho.

A representação que a sociedade tem das mulheres mantém uma sequência negativa. Temos menos oportunidades de acesso ao emprego, ganhamos menos que os homens, mesmo realizando a mesma atividade, a grande maioria não ocupa os espaços de poder, muitas trabalham em condições opressivas e ainda enfrentam jornada dupla, porque recai sobre elas a responsabilidade da casa e dos filhos, já que, historicamente esses serviços são atribuídos ao sexo feminino.

A falta de acesso ao mercado de trabalho não é um problema que atinge só as mulheres adultas, as jovens também. A chegada da fase adulta marcava o nosso ingresso no mercado de trabalho. Hoje os/as jovens representam cerca de 20% da população economicamente ativa e significam 48% do total de desempregados.

Políticas públicas ineficientes, com programas desarticulados, segmentados, que beneficiam apenas alguns jovens que pertencem

a grupos mais vulneráveis, ações centralizadas no governo federal e que não atingem a realidade dos/das jovens são os aspectos que mais contribui para a permanência dos/as jovens como grupo mais atingido pelo desemprego.

Na pirâmide da exclusão as mulheres jovens compõem a base quando se trata de acesso ao mundo do trabalho. Para as jovens, estudar já não é garantia de acesso ao mercado de trabalho, apesar de termos maior acesso à educação, a maioria engravida cedo e tem que abandonar a escola para cuidar dos filhos e isso dificulta a formação. Aliado a uma educação defasada, que espera que os/as jovens se enquadrem em uma estrutura falida, com uma metodologia ultrapassada e pouco interessante, e que não corresponde às nossas expectativas.

Também o modo como o mercado de trabalho está organizado força o abandono da escola, e isso significa a promoção da exclusão social visto que, ficar fora da escola, é ficar mais distante de uma oportunidade.

O MUNDO MUDOU MAS OS PROBLEMAS CONTINUAM

Anselma Caia de Oliveira

A maioria das jovens de hoje nasceram em uma sociedade na qual parece que todos são livres, o que não é verdade. Não quero dizer que ser livre é fazer tudo o que dá na telha, mas é a possibilidade de correr atrás de um objetivo. Mas, de alguma forma há uma mudança. Antigamente as jovens não tinham os direitos que nós temos hoje de poder votar, passear, brincar, estudar, ler e principalmente trabalhar e participar de debates que nos possibilitam expressar a nossa opinião e a ter direitos.

Muitas jovens negras eram violentadas, mesmo entre os 13 e 18 anos, e elas não tinham a liberdade que nós temos hoje. Antigamente muitas mulheres jovens eram dominadas como propriedade, elas não tinham a possibilidade de se manifestar e não conseguiam nenhum direito. Quer dizer, nem existiam os direitos que existem hoje.

Para muita gente isso não tem a menor importância, mas se você prestar atenção vai perceber que algumas jovens de hoje valorizam os direitos que foram conquistados por outras mulheres, mas muitas outras jovens nem sabem os direitos que têm. Muitas jovens são mães de 2 ou 3 filhos, mas nem conhecem o seu próprio corpo, não receberam orientação nenhuma e assumem um papel de donas de casa. Elas ainda são jovens, mas vivem com idéias que lhes foram impostas na sua criação, que elas têm que casar, ter filhos e ser submissas aos seus maridos. Claro que eu não estou falando apenas das jovens, mas das mulheres pobres, de periferia, negras, pois todas vivem a exploração e os maus tratos, apesar de que também entre as ricas e brancas ainda existe a submissão.

Por causa desta criação, quando o namorado vem e pede um filho e diz que ama, ela aceita, mas quando tudo está consumado ele a abandona e não cumpre o seu papel de pai, pai daquele filho que ele pediu como prova de amor. Para nós provarmos que amamos, não precisamos ter filhos. Há muitas maneiras de provar o nosso amor sem abandonar a nossa juventude e ficar sem apoio da família, sozinha com criança pequena.

As jovens que têm filho fazem de tudo para ele não passar fome, quando não têm emprego e nem escolaridade adequada, vão trabalhar em casa de família, ou até mesmo se prostituir. Elas ganham dinheiro e algumas até acham que estão se dando bem, as pessoas pensam que é uma vida fácil, mas não é, muitas passam por humilhação, são espancadas e obrigadas a fazer sexo contra sua própria vontade. Às vezes, a mulher nem recebe seu dinheiro, o agressor manda-a cair fora e ainda a ameaça de morte. Muitas saem vivas e outras não têm essa sorte, são brutalmente assassinadas. Aquelas que saem vivas nem sempre procuram uma delegacia para prestar queixa, elas têm vergonha de se expor, nem sempre estas mulheres têm o direito de procurar os seus próprios direitos. A sociedade não as vê como mulheres e sim como prostitutas, mas elas são mulheres como qualquer uma de nós.

Muitas mulheres jovens são discriminadas pela sociedade, muitas não correm atrás de seus direitos porque elas pensam que não têm direitos, mas todas nós mulheres temos direitos e precisamos lutar por eles. Nós não somos brinquedo e nem tão pouco máquinas do tempo, somos seres humanos. Porque somos jovens muitos pensam que não temos valor, mas nós temos, porque somos mulheres e porque somos jovens. Vamos lutar por nossos direitos!

O GOVERNO TEM QUE DAR GARANTIAS ÀS MULHERES

Fabiana Amorim

Os avanços que já foram conquistados pelas mulheres são frutos de muitas lutas. Mesmo com estes direitos conquistados somos a minoria em algumas questões, como na política. Para termos os direitos iguais aos dos homens é preciso que nós mulheres lutemos pelos nossos objetivos.

Apesar de todos os movimentos de mulheres que existem, ainda sofremos com o preconceito. Algumas mulheres sofrem por falta de apoio da família, da sociedade, e até mesmo por não ter conhecimento dos seus direitos.

A violência contra a mulher não é só contra a mulher, é contra os direitos humanos. É tanto que algumas mulheres desistem das questões na justiça pelos seus direitos com medo dos companheiros. As mulheres que lutam por seus direitos até o ponto de enfrentar seus companheiros precisam ser protegidas. O governo precisa tomar medidas para que estas mulheres se sintam mais seguras, eles têm que dar garantias às mulheres, senão é muito difícil tomar atitude.

NÃO DEIXE O MEDO TOMAR CONTA DE VOCÊ

Sibéria Santos, Bruna Ferraz e Janaína Caetano Ferreira

68

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

As mulheres são violentadas dentro de suas próprias casas e também fora delas. Elas são agredidas fisicamente ou verbalmente. Por isso todas nós, mulheres, temos que agir, nos impor, procurar nossos direitos, não devemos cruzar os braços para a violência. Sabemos que existem muitas mulheres que se acham fracas e não reagem, elas têm que saber que não podem continuar sendo violentadas, têm que sair para procurar ajuda.

Existem vários locais que ajudam as mulheres que sofrem violência. Na delegacia da mulher ela pode prestar queixa contra seu companheiro ou mesmo agressor desconhecido. Também existe o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é onde as mulheres feministas se reúnem para discutir assuntos que dizem respeito à violência, defender os seus direitos e várias outros temas.

A violência contra mulher não é de hoje, e a luta contra essa violência também não. É muito importante nós, mulheres, lutarmos sempre pelos nossos direitos, não deixarmos que o medo dos homens nos deixe abater. Os homens se acham superiores a tudo, por isso eles se acham no direito de agredir suas companheiras, irmãs, vizinhas e até mesmo suas próprias mães e filhas.

Existem casos de mulheres que são vítimas de estupro e ainda são ameaçadas caso dêem queixa do agressor. Muitas mulheres vivem sob ameaça e nunca procuram ajuda de ninguém. No caso de estupro, elas são obrigadas a manter relação sexual com seu marido, namorado ou com desconhecidos. Algumas vezes o agressor é punido e em outras não, eles ficam foragidos e o caso fica sem solução.

Todas as mulheres são abandonadas depois que dão queixa de seus companheiros, daí elas se viram para se manterem e manter seus filhos/as, ralam muito e não são reconhecidas na sociedade. Aí é que vem a questão do preconceito contra a mulher, que, ao nosso ver, também é um tipo de violência.

Não tem nem explicação para tamanha violência contra as mulheres, talvez seja por acharem que somos um sexo frágil, mas isso não explica porque os homens partem pra violência.

A violência aumenta cada vez mais por nos deixarmos intimidar pelas ameaças. A violência está em todo o lugar, em casa e nas ruas, mas ainda estamos com venda nos olhos, como se nada disso acontecesse. Devemos ter coragem de saber enfrentar o medo que cada vez diminui mais a auto-estima da mulher. Não temos que escutar ou presenciar a agressão e ficarmos neutras como se fosse um pesadelo e depois tudo voltasse ao normal. Tudo que se acomoda torna-se um costume incontrolável, mas o medo dificulta, e a mulher se sente oprimida e incapaz de se defender. Temos que colocar o medo de lado e enfrentar, procurar uma autoridade, pedir ajuda a qualquer pessoa que tiver condições de ajudar.

Mulher, não permita que seu corpo sofra agressões e que seus sentimentos sejam tão magoados, por se calar diante da violência que você enfrenta, seja na rua, em seu lar, ou em qualquer lugar. Você não é nenhum brinquedo e nenhum tipo de quebra-cabeças que se pode desencaixar e depois encaixar peça por peça.

Você, homem, que pratica algum tipo de violência, você não sabe o quanto é constrangedor para quem sofre, mexe com o corpo, com a mente, e com toda a vida de cada uma dessas mulheres que enfrenta este medo. Então, pense bem antes de cometer este crime que deixa marcas e seqüelas na vida de uma mulher.

Aqui você vai ver um exemplo de violência contra mulher que no nosso país se encontra ainda hoje impune:

Ela convivia com seu companheiro há três anos. No início ele se mostrou muito atencioso e calmo, mas com o passar do tempo ele foi se mostrando muito ciumento e violento. Ela achava que era porque ele gostava muito dela, exageradamente, e deixou passar. Aí ele começou a ver coisas, dizendo que ela estava traindo-o, e partiu para agressão física contra ela. Ela ficou bastante assustada e com muito medo. Daí ele começou a ameaçar dizendo que se ela o deixasse,

ele a mataria. Depois ele começou a se embriagar e todas as vezes que voltava para casa batia bastante nela. Os vizinhos não iam mais ajudá-la, diziam que ela permitia, nunca fez nada e não queria que ninguém fizesse. Mesmo os seus próprios filhos já não se metiam mais, também porque já não moravam com ela. O filho mais velho já não agüentava mais aquela situação com sua própria mãe. Um dia ele resolveu ir à casa da mãe e chegando lá viu uma cena horrível, sua mãe estava bastante machucada. Ele perguntou: mãe, o que foi isso? A mãe respondeu muito nervosa: foi seu pai, mas não faça nada, por favor, eu resolvo, vou me separar, e vou pra casa de sua avó hoje mesmo. Então ela foi para casa da mãe dela. Quando ele chegou em casa ela não estava mais, ele a procurou e não encontrou. Então ele foi à casa da mãe dela e chegando lá pediu que ela o perdoasse que ele não iria mais fazer isso. Ela respondia que não queria mais e pediu para ele ir embora. Ele se descontrolou, pegou a arma na cintura e atirou. O tiro pegou no braço dela. Daí ele saiu correndo, pegou a moto e foi embora. Hoje ele é procurado pela polícia.

Mais um crime, uma violência contra a mulher... espero que depois deste resumo, você não sofra este tipo de ameaça calada, denuncie o agressor, pois isso é muito importante para você mesma. O medo não adianta de nada, não o deixe ser maior do que você. Não denunciar não faz com que a violência se interrompa. Não deixe sua história chegar até aí.

POBREZA E SONHO

Elaine Cristina e Caline Nascimento

A nossa preocupação em se falando em pobreza é a forma como por muitos e muitas ela é encarada na grande maioria das vezes, ou melhor, quando, por vezes, deixamos de encará-la na tentativa de abafarmos em um profundo esquecimento, acreditando “inocentemente” que assim deixará de existir. E como já dizia o poeta “O sonho é o único direito que não pode ser negado”.

Mas nesse caso o sonho é um vilão para que nós nos acomodemos diante da realidade socio-econômica vivida pela grande maioria onde, é muito para poucos, pouco para muitos e nada pros outros. Sonhar só, não dá!

Às vezes as viagens de uma vida melhor nos levam a negar nossa realidade, desvalorizar a nossa família e as reais condições de vida. Essa forma de se relacionar com a real, contribui inconscientemente para a desvalorização da nossa localidade, nosso bairro, e da própria classe social a qual estamos inseridas/os.

Saber que sendo mulher, negra, pobre e jovem estamos historicamente expostas a desvalorização e a fragilidade educacional, nos leva a perceber o que determina a situação de pobreza que afeta com tanta agressão nós mulheres jovens, nesse momento tão especial de nossas vidas. Ao não construirmos a nossa dignidade de classe, a situação faz com que nos imaginemos viver outra realidade, essa que insistentemente vemos nos programas encantados da televisão.

DIREITO DAS MULHERES SÃO DIREITOS HUMANOS

Ilka Guedes

Direito das mulheres é um tema que envolve outros e permite que todas as questões que envolve a mulher se relacione com ele. A história das sociedades é marcada por relações desiguais entre homens e mulheres. Nelas a mulher sempre teve menos direitos que o homem e assumia um papel secundário. Isso aconteceu porque houve uma associação das características biológicas da mulher à inferioridade. Essa associação permanece até hoje e é ela quem sustenta as relações desiguais de gênero.

Para a sociedade a principal função da mulher é reproduzir e como somos nós que geramos, a obrigação de criá-los fica sob nossa responsabilidade. Desse modo, as mulheres eram obrigadas a ficar

dentro de casa cuidando dos filhos e realizando outras atividades que sempre estavam ligadas aos serviços domésticos. Com isso as tarefas domésticas passaram a ser responsabilidade apenas das mulheres e assim, o espaço público era ocupado pelos homens e o espaço privado, ou seja, a casa, pelas mulheres.

Essas idéias eram mais fortes antigamente, mas ainda estão presentes hoje junto com outros preconceitos que fazem com que a mulher tenha menos direitos que os homens. Hoje fala-se que os preconceitos contra a mulher acabaram. Não! Eles permanecem, o que mudou foi a maneira como são colocados para nós. Antes eram ditos abertamente, hoje apenas se camuflam.

Não se pode negar que avançamos na luta por direitos iguais entre os sexos. Conquistamos o direito ao voto, a trabalhar fora de casa, direitos trabalhistas ligados à maternidade, entre outros. A conquista desses direitos só foi possível com muito esforço das mulheres que souberam reivindicá-los. Mas, devemos reconhecer que temos ainda muito a avançar e a cada dia ressurgem barreiras que precisamos ultrapassar.

Essas barreiras são colocadas para nós em forma de preconceitos que impedem que as mulheres ocupem espaços e tenham os mesmos direitos que os homens. Eles estão presentes no trabalho, na rua, na escola e até em casa. Só por ser mulher já saímos em desvantagem.

Ganhamos salário menor mesmo quando realizamos o mesmo trabalho que os homens; sofremos violência em casa e na rua, se a violência acontece em casa o homem não é punido justamente pelo crime que cometeu. Ocupamos menos espaços de poder e decisões, e não temos o direito de decidir sobre nosso próprio corpo.

Esses são alguns problemas que atingem as mulheres, independente da idade ou da classe social, mas, se agrava na variação desses fatores. Isso se comprova na nossa experiência do grupo Jovens Cidadãs. Para nós o acesso aos direitos é muito mais restrito. Somos pobres, a maioria negra, e vivemos em áreas onde nem sempre os direitos básicos são garantidos pelo Estado. A falta de informação e educação não permitia

que enxergássemos quantos direitos estavam nos sendo negado. Isso fazia com que nos importássemos apenas com o que é mais urgente e nos forçava a conviver com injustiças e preconceitos, sem saber que estávamos privadas de direitos que são assegurados por lei.

Apesar de o princípio de direitos iguais ser garantido por lei e ser dever do Estado fazer com que ele se cumpra, as relações culturais entre homens e mulheres são fortíssimas e se construíram há centenas de anos, portanto, difíceis de serem mudadas. Isso faz com que apenas o instrumento jurídico não seja suficiente para acabar com as desigualdades e mudar a situação das mulheres, porque é mais fácil mudar as leis que as práticas culturais das sociedades.

Agora sabemos que “os direitos humanos não existe sem os direitos das mulheres”. E que precisamos e merecemos mais do que aquilo que nós é empurrado pelo governo e a sociedade.

Se o governo não é capaz de garantir nossos direitos é necessário que todas as mulheres adultas e jovens, negras e brancas, pobres e ricas, se unam para exigí-los porque não podemos deixar que os outros digam o que é melhor para nós. E mais, estamos conscientes que as mudanças não virão rápidas e perfeitas, afinal, são séculos de desigualdades e será necessário o dobro do tempo para que mudemos a situação de todas as mulheres, mas também não podemos ficar esperando que alguém se sensibilize com as nossas causas.

JOVENS NEGRAS E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Ilca Márcia Albino

A diversidade da população brasileira, e em particular a pernambucana, nunca foi bem aceita pela sociedade, isso gera vários conceitos e preconceitos. As idéias sobre raça, cor da pele e sexo orientaram, ao longo da história, uma sociedade altamente preconceituosa e racista. Isto é muito visível em todos os âmbitos sociais.

A junção da pobreza com o racismo resultou na má distribuição de direitos e oportunidades sociais e culturais, onde a desvalorização social atua impiedosamente, marginalizando uma grande parte a população, negando as condições básicas para superação das necessidades como: educação, saúde, moradia, trabalho e identidade cultural. Isso construiu um desequilíbrio muito grande e a população negra é a mais afetada.

Podemos iniciar com a educação: estudamos em escolas públicas, que oferecem ensino de má qualidade e onde a educação para crianças, adolescentes e jovens é restrita, mas o que não é restrito é o descaso, a falta de estrutura, o desvio da alimentação, a ausência de preparo para saúde sexual e exclusão do mercado de trabalho. Muitas vezes, por essas questões ou por questões de sobrevivência, muitas/os adolescentes e jovens deixam de estudar e aí são tragados pelo que a sociedade oferece como: violência, tráfico, miséria, prostituição, entre outras “oportunidades”.

Embora tenhamos feito algumas conquistas, o direito à uma boa educação ainda não é garantido para todas as pessoas de classe popular, mesmo sabendo que a educação é a forma mais transformadora das várias realidades sociais. A educação também pode ser construída dentro de espaços culturais, onde possamos entender nossa cultura negra que sempre foi excluída pela sociedade. É uma necessidade termos espaços multiculturais para descobertas de uma nova forma educacional, que promove e inclui as pessoas e eleva intelectualmente as/os jovens e adultas/os das classes populares. Isso só será feito através do poder de organização popular coletiva, como forma de inserção ativa da população em espaços construtivos e deliberativos políticos, intervindo e fiscalizando os recursos sociais de acordo com suas demandas.

Depois de passarmos por um processo educacional tentamos nos inserir no mercado de trabalho e ainda encontramos muitos obstáculos. Mesmo estando preparadas/os para determinada função sofremos uma desvalorização racial e de gênero pois uma/um negra/o sempre tem menos chances que uma pessoa branca, mesmo que ambas estejam na mesma condição econômica. Muitas vezes mulheres e homens

negras/os e brancas/os trabalhem na mesma função e seus salários são diferenciados, não só pela cor mais também pelo sexo.

Sabemos que para nós, mulheres jovens e negras, recai uma parcela maior de desigualdade, primeiro por sermos mulheres, vistas sem nenhum poder de decisão sobre nosso próprio corpo e pelas formas opressivas e violentas que muitas vivem apesar da nossa luta pela desconstrução da ideologia machista. Segundo por sermos jovens, sempre consideradas sem experiência e irresponsáveis de forma generalizada e por fim, por sermos negras, o que nos torna marginalizadas e desvalorizadas na sociedade.

Não conseguimos ter o devido acesso às políticas de saúde pública, isso é consequência da exclusão social. Esta situação está sempre lançando um desafio para negras/os na luta pela igualdade de direitos, o que acarreta vários problemas com as/os profissionais de saúde. Precisamos de assistência de qualidade e equidade nos programas de prevenção, tratamento e encaminhamentos adequados para todos os tipos de doenças, principalmente as de recorte racial, também para as DST e HIV/aids, que têm os maiores índices entre as mulheres jovens e negras. Por isso deveriam ter orientação, com campanhas educativas, apresentando e garantindo o acesso a todos os métodos contraceptivos e à contracepção de emergência, visando diminuir a taxa de natalidade e abortamentos inseguros dentro de um país tão excludente como o nosso.

Para isso acontecer precisamos primeiro de informação, de espaços onde possamos ter direito à voz, e isso podemos encontrar dentro dos movimentos sociais, e em especial no movimento feminista, através do projeto mulheres jovens cidadãs, promovido pelo SOS CORPO, que trouxe estímulos e autonomia para muitas jovens que hoje lutam pela desconstrução das políticas atuais e construção de novas políticas que tenham como proposta combater as desigualdades sociais.

Adriana Ferreira e Ilca Márcia Albino

76

VER O MUNDO,
VIVER A VIDA!

Quando escuta-se a palavra sexualidade logo vem à cabeça sexo ou o ato sexual. Isso porque se associa a sexualidade às mudanças biológicas, às descobertas dos sentimentos, e a sensações hormonais, como o desejo e o prazer. As/os adolescentes e jovens sofrem muitos problemas quando o assunto é sexualidade, principalmente as mulheres, mas isso é fácil de entender: tudo foi, e é, uma construção sócio-cultural, na qual os homens tinham mais liberdade de ir e vir; de sentir desejo e tomar qualquer tipo de decisão até mesmo sobre o corpo e a mente das mulheres. E as mulheres, por sua vez, deveriam ser submissas às decisões e desejos dos homens. A religião foi a maior aliada desse processo, pois reforçava a criação desse modelo de sociedade com muitas desigualdades de gênero.

Hoje ainda se reproduz esse modelo social, especialmente em relação à vivência da sexualidade. Ela é ainda cheia de tabus, padrões, mistérios e regras que nos enchem de medo e vergonha, medo dos nossos próprios desejos e opções... Isso traz muitas dúvidas que interferem no desenvolvimento de nossa identidade sexual, por não termos informações nítidas e corretas dentro de casa, ou seja, na família, na qual se concentram muitos tabus e preconceitos.

Esta situação nos força a procurarmos informação na rua, entre nossas amigas e amigos, é entre eles e elas que temos espaço para sermos ouvidas, embora as suas informações sejam vagas ou até mesmo erradas, e daí enfrentamos problemas ainda maiores como: gravidez indesejada, aborto inseguro, contaminação de DST e HIV-aids.

São tantos os problemas e tanta orientação para negarmos nossos desejos e nossas dúvidas, que não é fácil de entender e viver nossa sexualidade sem medo, livre de qualquer tipo de opressão, e aí acabamos sem nos conhecermos.

Mas, e aí, o que é sexualidade, afinal? Sexualidade são manifestações das sensações, emoções, sentimentos e desejos que estão presentes

em nosso comportamento diário. Ela está associada não só ao ato sexual, mas também ao amor, carinho, compreensão, ao respeito por nós mesmas e pelas outras pessoas. A sexualidade está relacionada ao prazer, desde ver a lua, dançar, encontrar-se com os/as amigos/as, até vivenciarmos o prazer sexual.

A sexualidade é vivida de diferentes formas nas várias fases da vida: criança, adolescente, jovem, adulta e idosa, mas cada pessoa tem seu próprio processo de adaptação a essas mudanças. Nós precisamos de espaço para falarmos abertamente sobre o que quisermos, tirar nossas dúvidas em relação à virgindade, masturbação, relação sexual, gravidez, homossexualidade, lesbianidade e outras coisas mais, conversarmos sobre o que, na realidade, nos dá prazer.

O conhecimento surge a partir das informações que obtemos e precisamos de espaço e orientação, isso é muito importante para que todas as pessoas tenham seus direitos garantidos e possam ter a liberdade de expressar seus sentimentos e desejos sem medo, vergonha ou culpa, livres de qualquer tipo de opressão, discriminação, violência e preconceito. Assim podemos nos tornar pessoas mais seguras e independentes da opinião de outras pessoas.

Foi esse tipo de oportunidade que tivemos no projeto Jovens Cidadãs. Foi uma experiência maravilhosa aprender a construir nossa autonomia, entender nossos desejos, e desconstruir uma visão cheia de vergonha e medo. Nós saímos fortalecidas para uma melhor vivência da sexualidade e dispostas a trazer mais jovens para luta por direitos iguais, sem violência ou violação destes direitos.

MATERNIDADE COMO DIREITO E NÃO OBRIGAÇÃO

Maura Augusta

O que passa na cabeça de uma mulher quando descobre que está grávida? Receber um resultado positivo para gravidez pode despertar

sentimentos os mais variados: alegria, tristeza, medo, insegurança, realização, preocupação com a situação financeira, a idade, o projeto de vida... Para muitas mulheres, a maternidade tem sido um lugar de realizações e felicidade, quando desejada e quando as condições sócio-econômicas são favoráveis. Já para outras mulheres, a maternidade não tem sido uma escolha, mas sim um lugar de tormento. Elas enfrentam a gravidez indesejada, e algumas acabam decidindo pelo aborto.

Aborto é a interrupção da gravidez, antes que o feto esteja suficientemente desenvolvido, a mulher pode ter como consequência: um sangramento, cólicas, dilatação cervical. O aborto é uma das causas da mortalidade materna e um grave problema de saúde pública devido as condições precárias em que acontecem os abortamentos. Em muitos países onde o aborto é legal, continuam sendo feitos abortos clandestinos, porque é comum que mulheres pobres não tenha acesso aos serviços de saúde, além de se depararem com o preconceito e as difíceis relações de gênero. Por outro lado, em países em que o aborto é ilegal as mulheres que têm alguma incapacidade, as pobres ou aquelas contaminadas por algum vírus, são pressionadas para abortar.

O aborto provocado é uma prática comum a todas classes sociais. As mulheres de maiores condições utilizam clínicas bem equipadas. A maioria, se aventura buscando os métodos abortivos mais rudimentares. O aborto quando realizado de forma segura é uma prática de fácil acesso e simples, do ponto de vista médico.

Hoje no Brasil a ilegalidade transforma a prática do aborto em mais um negócio lucrativo e faz com que tantos atos de violência sejam cometidos com as mulheres. Como disse a feminista Suely Oliveira “O acesso ao aborto seguro é direito reprodutivo e faz parte da luta pela cidadania e pelos direitos humanos”.

No Brasil, a legislação é repressiva, só é permitida a realização do aborto quando a gravidez é resultado de um estupro ou quando a mulher corre algum risco de vida. Mesmo assim, tudo tem que ser comprovado por queixa em delegacia ou exames que comprovem o estupro e testes

que provem o risco de vida da mulher. A decisão pela interrupção da gravidez, na maioria dos casos é vivida de forma solitária, acompanhada pela culpa, discriminação e vergonha.

Recentemente aconteceu o primeiro aborto por anomalia fetal. Um juiz substituto autorizou uma mulher a fazer um aborto, pois foi constado em uma ultrasonografia que seu filho nasceria sem cérebro. Este foi o primeiro aborto autorizado que não estava previsto na lei.

A igreja tem posição contrária ao aborto e condena aquelas mulheres que comprovadamente se submete ao aborto com a excomunhão automática. A lei brasileira é rígida e não dá direito às mulheres pois permite o aborto apenas quando a gravidez resulta de estupro ou risco de vida.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: DIREITO DE TOMAR DECISÃO

Leydione Ramos

Apesar dos impedimentos legais, econômicos e morais as mulheres não cansam de brigar por seus direitos. Desde muito tempo as mulheres brigam pelo direito a abortar, ou seja, tirar o feto em qualquer gravidez, desejada ou indesejada. As pessoas pensam que o aborto é só em gravidez indesejada, mas não é. Às vezes a mulher tem uma gravidez desejada, mas por conta das condições econômicas, quando os pais não apóiam, o próprio parceiro é contra, ou ela ocorre risco de vida, isso pode fazer com que ela pense em abortar mesmo desejando a gravidez.

Muita gente diz que o que trás, às vezes, uma gravidez não desejada é a displicência da mulher ao esquecer sua pílula, mas muitas vezes ocorre quando o parceiro não quer usa o preservativo e ela aceita assim mesmo ou quando seu próprio parceiro força a garota a ter relação, ou seja, um estupro. Nesta situação é claro que a mulher vem a ficar

revoltada e acaba fazendo o abortamento, sem até mesmo pensar no risco que pode passar.

Queremos descriminalizar o aborto e legalizá-lo. Já existe a lei que permite o aborto em alguns casos e em alguns Estados tem campanhas dos movimentos para colocarem serviços públicos de aborto, o que vai beneficiar muitas mulheres vitimas de estupro e outras violência. Mas ainda precisamos conquistar o direito de autodeterminação, de decidir sobre nossas vidas e de assumir a sexualidade que quisermos.

Queremos o livre arbítrio, o direito de escolha, e assim nós nos responsabilizamos por toda e qualquer situação que possamos passar no dia-dia. Em outros países menos informados que o nosso o aborto já deixou de ser um problema e porque no nosso ainda não?

ABORTO: UMA QUESTÃO DE DIREITO

Elaine Cristina

“As mulheres não são menores civis. Elas não precisam de proteção. E também não são menores morais. Não precisam de correção. Devem ser tratadas como cidadãs” (José Henrique Rodrigues Torres, juiz de direito de SP, ADVOCACI).

Bom porque será tão difícil falar de abortamento?...Escrever então, heim?! Mas vamos lá! Antes de qualquer coisa é importante estarmos atentas/os de que a idade média das mulheres que procuram a rede pública de saúde por complicações durante o processo abortivo, vai dos 18 aos 23 anos. Isso vem nos mostrar que as jovens é quem mais sofrem por conseqüências da estúpida ilegalidade que rodeia a interrupção insegura de uma gravidez. Além de que as adolescentes não são incluídas, não chegam nem a entrar nessa estatística. Esta desumana realidade, vem deixar clara a necessidade de ampliarmos cada vez mais o diálogo e a construção de propostas concretas que respondam as nossas demandas de jovens.

É muito comum perceber no discurso de parte dos adolescentes e jovens o horror que se tem de discutir a temática do aborto. A discussão sobre o tema geralmente não ultrapassa do conceito que já se tem construído e que na sua grande maioria é contrário a legalização, sem muitas delongas dizem: “É crime” e “A criança não pediu pra nascer”...

Geralmente quando se fala em abortamento, o foco da discussão gira prioritariamente, quando não unicamente, em torno do bebê, que é apenas uma possibilidade. Ao não ser considerada a mulher enquanto sujeito de direitos, fica mais fácil condená-la junto a sociedade de onde são extraídos, por excelência, o santíssimo, moral e ético tribunal da “justiça dos homens”.

As mulheres jovens estão cada vez mais vulneráveis e expostas as práticas inseguras de abortamento. Um dos principais fatores que potencializam essa situação é o despreparo das famílias (que tem sua construção enraizada nessa prisão cultural que vivemos) para lidar com as situações referentes aos direitos sexuais e reprodutivos. Ficamos cada vez mais expostas à falta de informação e de acesso aos métodos contraceptivos e ao aborto seguro. “Some-se a isso, o fato de que é, em grande parte dos casos, em situação de extrema pobreza, de carências por vezes desesperadoras, que as mulheres exercem a maternidade ou se recusam a fazê-la”.

Precisamos urgentemente disseminar discussões sobre aborto entre a juventude, pois somos nós mulheres jovens, pobres e negras quem mais adoecemos e morremos por conta desta ilegalidade.

Copyright © 2006, SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia

Coordenação de Produção MÁRCIA LARANGEIRA

Produção Executiva FÁTIMA FERREIRA

Projeto Gráfico e Capa CARLOS PELLEGRINO

Apoio



Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Comissão Europeia. Os pontos de vista expressos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão.

V473 Ver o mundo, viver a vida!: mulheres jovens construindo cidadania.
Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2006. 84p.

(Obra coletiva)

1. Mulheres – jovens 2. Cidadania

CDU 396

Todos os direitos reservados ao

SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 – Madalena – Recife – PE
Fone: 81 3087.2086 Fax: 81 3445.1905
sos@soscorpo.org.br www.soscorpo.org.br

Impresso no Brasil – 2006

PROJETO JOVENS CIDADÃS

EQUIPE DO PROJETO

Carmen Silva, Joana Santos, Vera Guedes

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Adriana Buarque de Holanda, Ana Paula Santana, Cláudia Rangel, Gyzia Pimentel, Ilka Guedes, Maria do Socorro da Silva, Mizael Nascimento, Simone Ferreira, Taciana Gouveia, Tatiana Rangel

JOVENS PARTICIPANTES DO PROJETO

Ana Carla Paz, Carla Fabíola Nascimento, Caline Nascimento, Clécia Lopes, Elivania Barros de Oliveira, Elisângela Maria de Carvalho, Fabiana Amorim, Fabiana dos Santos, Ilka Guedes, Maria Arituza de Macedo, Marília Cristina Brandes da Silva, Poliana Pimentel, Renata Barros, Renata Guedes, Rosângela Ferreira, Rubenita Batista, Solange Galdino, Maura Augusta Mendes dos Santos, Simone Lídia Barbosa do Nascimento, Leila Janaina Barros, Tancyr Ferraz, Sibéria Santos, Patrícia Blunne, Jackeline Maria Ferreira, Mônica Maria da Silva, Luana Karla Bernardo, Cristiane Pereira, Fabiana Nascimento de Souza, Elizabete Marques, Lucielma Leite, Lílian Pereira, Eliane Guedes, Adriana Ferreira de Melo Luna, Adriana Nascimento, Ancelma Oliveira, Alexsandra Gomes da Silva, Ana Patrícia da Silva, Ana Valeria Maria Oliveira, Alice da Silva Aguiar, Bruna Ferraz de Azevedo, Cássia Ferraz, Janaina Rosa da Silva, Elizabeth Lima de Sousa, Elcia Freitas da Silva, Elaine Cristina Carvalho, Karine Conceição de Lima, Ilca Márcia Albino da Silva, Janaina Caetano Ferreira, Jeane Nascimento Cabral, Karla Abigail Pereira, Ledyone Ramos de Barros, Maria Betânia Pereira, Marilza Alexandra da Silva, Nívea Natiele Alves da Silva, Priscilla Maria da Silva, Rejane Fidelis da Silva, Sabina Soares da Silva, Sandreane Gomes da Silva, Shirley Nascimento dos Santos, Carla Francisca de Melo da Silva, Rafaela Carla Santos da Silva, Jackeline Pereira da Silva, Maria da Conceição Ferreira de Melo, Mauriteia de Andrade Dourado, Elisa Freitas da Silva, Elizabeth Lima de Souza, Maria Edilene dos Santos, Ladjane Maria dos Santos, Renata Gomes dos Santos, Jéssica Dantas dos Santos, Lidivania Felipe da Silva, Amanda Guedes Alves, Daniela Maria da Rocha Melo, Edelma Pereira da Silva, Cintia Maria Moraes dos Santos, Belga de Barros Xavier, Rafaela Maria Ferreira de Araújo, Glécia Auxiliadora da Silva, Izabel Patricia Nascimento, Dinorá Demesio da Silva

A presente edição, com tiragem de 500 exemplares, foi composta em caracteres Chaparral Pro, corpo 11/14, e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia, em sistema offset, papel Reciclato 75g (miolo) e Reciclato 240g (capa). Finalizado em novembro de 2006.